



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO

**UM ENSAIO SOBRE OUTRO DIREITO POSSÍVEL:
A CRÍTICA JURÍDICA A PARTIR DA OBRA DE OSCAR CORREAS**

Rodrigo Alessandro Sartoti

Florianópolis

2013



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO

**UM ENSAIO SOBRE OUTRO DIREITO POSSÍVEL:
A CRÍTICA JURÍDICA A PARTIR DA OBRA DE OSCAR CORREAS**

Rodrigo Alessandro Sartoti

Monografia apresentada à banca examinadora da Universidade Federal de Santa Catarina como exigência parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Direito, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Jeanine Nicolazzi Philippi.

Florianópolis

2013

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Jeanine Nicolazzi Philippi
Orientadora

Prof. Dr. Alexandre Morais da Rosa

Prof. Dr. Edmundo Lima de Arruda Junior

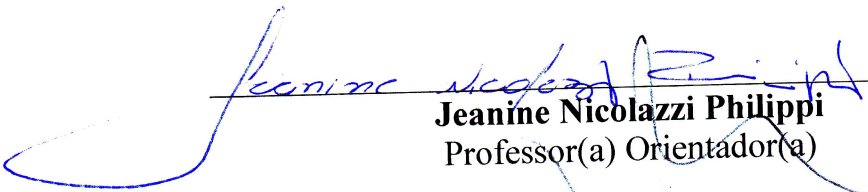
MSc. Marcel Soares de Souza (suplente)

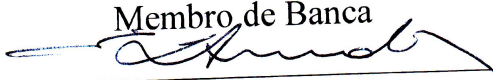
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

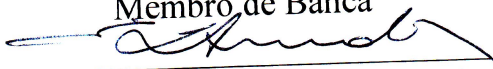
TERMO DE APROVAÇÃO


A presente monografia intitulada "**Um ensaio sobre outro direito possível: a crítica do direito a partir da obra de Oscar Correias**", elaborada pelo(a) acadêmico(a) **Rodrigo Alessandro Sartoti**, defendida em **08/07/2013** e aprovada pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 9,5 (nove e meio), sendo julgada adequada para o cumprimento do requisito legal previsto no artigo 9. da Portaria n. 1886/94/MEC, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução n. 003/95/CEPE.

Florianópolis, 8 de Julho de 2013


Jeanine Nicolazzi Philippi
Professor(a) Orientador(a)


Alexandre Moraes da Rosa
Membro de Banca


Edmundo Lima de Arruda Junior
Membro de Banca


Marcel Soares de Souza
Membro de Banca

*À minha mãe,
por sua incansável luta diária para me
proporcionar tudo aquilo a que não teve acesso.
Com todo o amor do mundo.*

*Ao Prof. Dr. Tarcísio Queiroz Cerqueira (in memoriam),
que, com um arremesso de giz,
despertou-me para o Direito.
Com o eterno agradecimento.*

*O primeiro que, tendo cercado um terreno, atreveu-se a dizer:
“Isto é meu”, e encontrou pessoas simples o suficiente para acreditar nele,
foi o verdadeiro fundador da sociedade civil.
Quantos crimes, guerras, assassínios,
quantas misérias e horrores não teria poupado ao gênero humano
aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso,
houvesse gritado aos seus semelhantes:
“Evitai ouvir esse impostor, estareis perdidos se esquecerdes
que os frutos são de todos e que a terra não é de ninguém”.*

*(Jean-Jacques Rousseau – Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade
Entre os Homens – 1754)*

*- Essa cova em que estás,
com palmos medida,
é a conta menor
que tiraste em vida.
- É de bom tamanho,
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.
- Viverás, e para sempre
na terra que aqui aforas:
e terás enfim tua roça.*

(João Cabral de Melo Neto, Morte e Vida Severina – 1954-1955)

AGRADECIMENTOS

Eu sabia que este momento chegaria. Também sabia que ele seria feliz. Porém, não me avisaram que seria, ao mesmo passo, o mais angustiante momento da minha vida até então. Sinto-me cansado e tenho medo do que virá. Mas, repito, estou feliz. Cabe-me agora, nestas palavras finais, agradecer e dizer *adeus* – quem sabe um *até logo* – aos que dividiram e ainda dividem comigo a pesada tarefa de sobreviver à Faculdade de Direito da UFSC.

De início – e sempre o início de tudo – o mais profundo agradecimento cabe à minha mãe, Dona Ivonete. Não foi ela que me deu à luz ou que me trouxe ao mundo, mas a ela sou eternamente grato por ter me proporcionado viver o mundo, desde aquela manhã de sábado na qual fui entregue aos seus carinhos. Mãe, você é a minha luz e sem você nada na minha vida seria possível!

Estendo, assim, meu agradecimento ao meu pai que, do seu modo peculiar, sempre esteve próximo a mim, apoiando-me e me encorajando. Agradeço também ao meu irmão, que, por várias vezes, foi privado de algum desejo material para que eu pudesse cá estar. E agradeço ao meu mais novo amor, meu sobrinho Bernardo, que há tão pouco tempo chegou e já me faz encarar a vida com mais esperança.

À minha avó Odete Lacerda Battisti, ao meu avô João Battisti, aos meus tios, às minhas tias, às minhas primas, aos meus primos, por terem, cada qual à sua maneira, acreditado e torcido por mim.

À minha querida Aline Quaiatto, amiga de todas as horas, de todos os segredos, de todas as lágrimas e de todos os sorrisos, por estar sempre por perto para me socorrer e por me dar a melhor amizade que eu poderia ter na vida.

À minha companheira de casa, Maria Luíza Schreiner Pereira, pela amizade sincera, pelo apoio e pelos chocolates. Somos iguais nas nossas semelhanças e nas nossas diferenças, Malu!

À companheira de sala/Servidores, “Excelentíssima Ministra” Carmen Lúcia Alves, pela amizade cotidiana e por dividir comigo todas as angústias de estar se formando.

À Clarissa Medeiros Cardoso, advogada mais bonita da cidade, pela amizade sincera de sempre e por me socorrer nos momentos difíceis.

Aos meus queridos amigos de sala e de vida, Lucas Gonzaga Censi, Felipe Dutra Demetri e Rafael Luís Innocente, por dividirem comigo as angústias e alegrias de ser um ponto fora da linha no CCJ. Vocês são especiais, meus queridos!

Ao querido amigo Marcel Soares de Souza, sempre brilhante, por ter sido – felizmente! – a primeira pessoa que conheci na UFSC e pela ajuda de sempre.

Às amigas e aos amigos da 5ª Vara Cível da Capital, em especial Dr.^a Maria Paula Kern, Priscila Cabral da Cunha e Vinícius dos Anjos Borba, por terem me mostrado que é possível um judiciário sério e comprometido com a justiça e por estarem sempre torcendo pelo meu sucesso.

Às companheiras e aos companheiros de movimento estudantil, das empreitadas do CAXIF em *Sem Mais Delongas* 2009, *Até Sempre* 2010, *Primavera nos Dentes* 2011, *Tanto Mar* 2012 e *Desmuros* 2013. “Siamo tutti partigiani!” Fomos e seremos sempre vitoriosos, porque não é nada fácil ser a voz dissonante, ser a *flor que rompe o asfalto*, ser a *contramola que resiste*. Com e em vocês vi e continuo vendo esperança no mundo!

Às *amigas* Lessandra Nara Torres Silva, Marina Delgado Caume, Helena Kleine Oliveira, Carla de Avelar Lopes, Márcia Irigohê, Thamirys Lunardi, Olga Swiech, Nayara Aline Schmitt Azevedo, Maria Anacleto Clemência, Vanessa Rodrigues Ferreira, Junia Botkowski, Maiara Amante, Juliana Mattos Santos, Roberta Olivatto Canheo, Thaís Rigotti, Paula Pagani Nesi, Ana Beatriz Mayr, Gabriela Paulo, Hanna Búrigo, Marina Lis Wassmandorf, Marcele Canterle Gonçalves, Tamila Cavaler, Fabíola Rafaelli, Lana Donatti, Ana Paula Borges Martins, Marina Carmona e Marina Barcelos; E aos *amigos* Alexandre Pereira Hubert, Aristóteles da Silveira Filho, José Guilherme Surdi, Gregório Swiech, Gustavo Bachtold, Felipe Bittencourt, Geovani Ambrósio Vasconcelos, Guilherme Andrade dos Santos, Caio Andrezzo e Gustavo Zatelli. Sou mais feliz por ter encontrado vocês naqueles corredores do CCJ!

Aos amigos-pesquisadores-militantes do Programa de Educação Tutorial em Direito por terem feito toda a diferença na minha formação pessoal e profissional. Em

especial: Ana Carolina Ceriotti, Elysa Tomazi, Carolina Zambonato, Marja Mangili Laurindo, Victor Cavallini, Glenda Vicenzi, Renata Volpato, Diogo Andrade, Domitila Villain e Murilo Rodrigues da Rosa.

À Prof.^a Dr.^a Vera Regina Pereira de Andrade, irredutível em sua luta prático-teórica contra os horrores do cárcere, por ter me ensinado a não esmorecer na busca por justiça. Ao Prof. Dr. Airton Lisle Cerqueira Leite Seelaender, por ter me ensinado a importância da defesa daquilo que é *res publica*. À minha quase conterrânea Helena Olinda Dalri, sempre firme na luta pelos direitos dos trabalhadores da UFSC, por ensinar a mim e aos estudantes do CCJ aquilo que não se ouve em sala de aula.

Por fim, agradeço à minha orientadora e tutora, Prof.^a Dr.^a Jeanine Nicolazzi Philippi, exemplo de postura ética na Academia, por ter me ensinado que é preciso pensar diferente, duvidar e questionar. Por ter me oferecido, já na primeira fase do Direito, *algumas pistas para novas descobertas*. Por ter me apresentado à obra do Prof. Oscar Correias e por ter aceitado orientar este inconstante pesquisador que ora agradece.

Todas e todos vocês fizeram minha graduação ser possível.

RESUMO

A presente monografia busca apresentar a contribuição do jurista Oscar Correias à crítica do direito e, com esta análise, disponibilizar elementos que possibilitem discutir a possibilidade de construção de um direito que possa ser utilizado como ferramenta de transformação social e emancipação humana. Para tanto, este trabalho se alicerça nas teorias críticas do direito para apresentar os instrumentos que possibilitem o debate acerca da ordem jurídica posta. A primeira parte desta monografia cuida das discussões sobre direito e ideologia, trabalhando com a questão conceitual e a relações entre ambos os conceitos, servindo, portanto, como antessala aos capítulos subsequentes. A segunda parte se ocupa com a apresentação do que é pensamento crítico e a intersecção necessária entre crítica e direito. O terceiro e último momento deste trabalho, apresenta um panorama da obra de Oscar Correias acerca da crítica ao direito, bem como suas contribuições ao debate que esta monografia enseja.

Palavras-chave: Oscar Correias; teoria crítica; crítica do direito; direito; ideologia.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1 – DIREITO E IDEOLOGIA	14
<i>1.1 Para um conceito de ideologia</i>	<i>15</i>
1.1.1 O conceito de ideologia na tradição marxista	17
<i>1.2 Sobre o conceito de direito e sua relação com a ideologia</i>	<i>25</i>
CAPÍTULO 2 – CRÍTICA DO DIREITO	37
<i>2.1 Conceituação de crítica</i>	<i>37</i>
<i>2.2 A contribuição da Escola de Frankfurt à Teoria Crítica</i>	<i>39</i>
<i>2.3 A crítica no direito</i>	<i>47</i>
CAPÍTULO 3 – A CRÍTICA DO DIREITO NA OBRA DE OSCAR CORREAS	51
<i>3.1 A crítica do Direito a partir do ponto de vista interno</i>	<i>53</i>
3.1.1 Uso alternativo do direito	55
<i>3.2 A crítica jurídica do ponto de vista externo</i>	<i>56</i>
<i>3.3 Crítica da ideologia do direito</i>	<i>59</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	66

INTRODUÇÃO

Em seu emblemático *As veias abertas da América Latina*, Eduardo Galeano é categórico ao afirmar que a ordem é a diuturna humilhação das maiorias e que a perpetuação deste estado de coisas é a perpetuação de um crime¹. Esta constatação feita pelo escritor uruguaio no final da conturbada década de 1970 não poderia ser mais apropriada ao presente: enquanto estas linhas são digitadas, milhares de pessoas saem às ruas do Brasil e do mundo dizendo *não* à injustiça da ordem posta e recebendo como reação nada menos do que a violência do Estado *Democrático* de Direito.

Ao vislumbrar este cenário de caos da ordem podemos ver claramente o papel a que se propõe o Direito. Nas ruas contra o povo está o direito acima da ordem social, cumprindo seu dever ideológico de preservação do *status quo* e servindo como instrumento de dominação do homem. A promessa de garantir a paz, a segurança, o bem-estar e a justiça configura-se numa grande mentira forjada pelo próprio direito, um mito que engana e espolia os milhares de humilhados e serve tão somente para fantasiar de humano os códigos normativos e legitimar o discurso jurídico².

Agora, mais do que nunca, urge a necessidade de colocarmos o direito em questão, acendendo a luz que deixará às claras o seu caráter ideológico e, a partir disto, repensar as bases de um direito que consiga se colocar como um fator de transformação no sentido de construir uma sociedade justa, que possibilite a homens e mulheres uma vida digna e que dê a estes a participação nos frutos do seu trabalho.

Os operadores do direito devem carregar diariamente aquela incomodação do jurista que tem consciência de que o direito não corresponde ao sonho dourado iluminista. Como nos lembra Dimitri Dimoulis³, citando o filósofo do direito Gustav Radbruch, pensar o direito hoje é ter uma *má-consciência*, ter consciência da realidade social. Aquele que trabalha com o direito, ao aplicar a letra da lei, não deve esquecer-se da realidade social na qual está inserido tanto ele como a própria lei.

¹ GALEANO, 2010, p. 25.

² Ana Lúcia Sabadell nos fala que o direito funciona como um símbolo que legitima os detentores do poder, suas opções e decisões. (SABADELL, 2005, p. 111)

³ DIMOULIS, 2010, p. 264.

Entretanto, esta tarefa de questionamento do direito deve ser encarada de maneira séria, colocando lado a lado a análise constante das transformações sociais, bem como o compromisso teórico que possibilite pensar e edificar este outro direito atento à dinâmica social.

É neste sentido que a crítica jurídica se apresenta como um arcabouço teórico capaz de conciliar teoria e prática, colocando as bases para a reflexão e questionamento daquilo que está posto enquanto direito e que possibilite a concepção de uma ordem jurídica não alienante.

Entendemos que este primeiro momento de inconformidade com a ordem jurídica posta é extremamente necessário, todavia, uma teoria crítica do direito não pode se contentar com a simples denúncia das contradições sociais. Ela deve ir além e

“indicar o caminho da superação dessa realidade cruel do mundo contemporâneo, mediante a elaboração de categorias aptas a pensar prospectivamente o que é juridicamente melhor para o homem e a sociedade. Com isso, a filosofia do direito assume sua dimensão política sem reduzir-se a uma filosofia política estanque, mas superando outra antinomia que se manifesta no saber jurídico acumulado.”⁴

Por conta disso, a contribuição de Oscar Correias à crítica do direito mostra-se muito pertinente, vez que o jurista argentino consegue elaborar uma crítica ao direito que não se reduz à análise dos resultados da ciência jurídica. Correias vai além e dedica-se à tarefa de desvendar o caráter ideológico do direito, desmistificando tanto o discurso do direito quanto o dos juristas e defende uma ciência jurídica material voltada para os conteúdos normativos enquanto consolidação dos fenômenos socioeconômicos.

Em sede de introdução, importante ressaltar que a utilização dos termos “teoria crítica do direito”, bem como “crítica jurídica” neste trabalho, não indicam a existência de *uma* teoria crítica do direito geral a acabada, mas sim o que podemos chamar de movimento de crítica jurídica, com as mais diversas correntes jus-filosóficas, encampado por diversos juristas insatisfeitos com a “predominante formulação científica do direito e suas formas de legitimação.”⁵

⁴ COELHO, 1991, p. 22.

⁵ WOLKMER, 2006, p. 16.

Dentro desta perspectiva, esta monografia pretende, em seu primeiro capítulo, apresentar um panorama introdutório acerca da conceituação de *direito* e de *ideologia*, mostrando a necessidade de compreensão das relações existentes entre ambos os conceitos.

O segundo capítulo dedica-se à conceituação de *crítica*, apresentando, logo em seguida, as contribuições da Escola de Frankfurt para a consolidação de uma Teoria Crítica. Este capítulo ainda cuidará por expor as principais correntes da crítica ao direito.

Já o terceiro capítulo apresentará a contribuição de Oscar Correias à crítica jurídica, tomando como base principalmente as obras *Ideología Jurídica*, *Crítica da Ideologia Jurídica*, *Introducción a la Crítica del Derecho Moderno* e *Sociología del Derecho y Crítica Jurídica*.

CAPÍTULO 1

DIREITO E IDEOLOGIA

A questão de ideologia assume, na atualidade, papel extremamente importante e central nas discussões sobre o direito, principalmente quando está na pauta temas como a *neutralidade do direito* e a *concretização da justiça*. Autores têm mostrado que a criação e aplicação do direito estão sob o controle de determinadas classes sociais⁶ que compõem a elite dominante no plano político e econômico, “as quais se utilizam do aparelho estatal para defender seus interesses e difundir suas visões de mundo”.⁷ Isso faz do direito um instrumento de dominação por excelência, com um manto de aparente neutralidade e legitimidade.

O direito é um fenômeno ideológico. Iniciamos este capítulo com esta afirmação que pode soar um tanto quanto controverso aos ouvidos mais conservadores, afinal, na modernidade, o direito liberal burguês, como nos afirma Antônio Alberto Machado, “procurou sempre produzir um discurso tendente à ocultação dos aspectos valorativos, tanto da produção quanto da aplicação e também do ensino jurídico”. Nesse sentido, o positivismo jurídico levado a termo por Hans Kelsen se apresentou – e ainda assim permanece – como o discurso que melhor cumpriu a tarefa de ocultar a dimensão ideológica do direito, bem como de aquietar os conflitos de classe.

Na obra *O Direito e a Ascensão do Capitalismo*, Michael Tigar e Madeleine Levy fazem uma profunda análise das revoluções burguesas contra as instituições feudais para apresentarem as pistas que possibilitam perceber a presença da ideologia no discurso do direito. Afirmam que

“a ideologia jurídica constitui um enunciado, em termos de sistemas de regras legais, das aspirações, objetivos e valores de um grupo social. Não

⁶ Neste trabalho, compreendemos o conceito de classes sociais como “os agregados básicos de indivíduos numa sociedade, os quais se opõem entre si pelo papel que desempenham no processo produtivo, do ponto de vista das relações que estabelecem entre si na organização do trabalho e quanto à propriedade.” (SANTOS, Theotônio dos, p. 41). É importante atentar para o que coloca Leandro Konder: “as lutas de classes assumem formas extraordinariamente variadas: às vezes são fáceis de ser reconhecidas, são mais ou menos diretas; às vezes, contudo, elas se tornam extremamente complexas e não cabem em interpretações simplistas. Nas sociedades capitalistas, as lutas de classes tendem a assumir formas políticas cada vez mais complicadas.” (KONDER, 2008, p. 32)

⁷ CAMPOS, 2011, p. 182.

é, contudo, propriedade exclusiva do grupo que exerce o controle efetivo. Muito ao contrário, [...] grupos que aspiram ao poder formulam também seu ataque em termos de sistemas de regras e princípios jurídicos. Mas quando um grupo de fato exerce o poder [...] sua ideologia é a ‘lei’”.⁸

Para compreendermos essa íntima relação entre direito e ideologia é necessário, antes de tudo, algumas reflexões sobre o termo ideologia, analisando sua evolução e sua relação com a ciência do direito.

1.1 Para um conceito de ideologia

Qualquer análise sobre o fenômeno da ideologia em tempos atuais deve passar sobre uma reflexão prévia voltada para a formação de uma compreensão do significado do termo, tomando como base as perspectivas teóricas já elaboradas sobre o conceito.

De acordo com Michel Löwy:

“Existem poucos conceitos na história da ciência social moderna tão enigmáticos e polissêmicos quanto o de ‘ideologia’; este tornou-se, no decorrer dos últimos dois séculos, objeto de uma inacreditável acumulação, fabulosa mesmo, de ambiguidades, paradoxos, arbitrariedades, contrassensos e equívocos”.

Marilena Chauí nos lembra que o termo *ideologia* aparece pela primeira vez no livro do filósofo francês Destut de Tracy, *Elementos de Ideologia*, designando o estudo dos processos de formação das ideias dos seres vivos. Tracy procurou elaborar uma explicação para os fenômenos sensíveis que interferem na formação das ideias, ou seja: a vontade, a razão, a percepção e a memória.⁹

O termo popularizou-se pouco tempo depois da publicação do livro, ocorrida em 1801 e, alguns anos após, Tracy e outros intelectuais a ele ligados entram em conflito com Napoleão Bonaparte, por discordarem do governo e verem na figura do monarca um restaurador do Antigo Regime. Como represália, estes intelectuais ideólogos foram excluídos dos cargos do governo e tiveram sua academia fechada. É aqui, com Bonaparte

⁸ TIGAR; LEVY, 1978, p. 275.

⁹ CHAUI, 1980, p. 23.

acusando os ideólogos de serem um perigo à França, que o termo ideologia assume um sentido pejorativo, de *falsa ideia*, de *ilusão*.¹⁰

Tal acusação de Bonaparte surge, mais propriamente, em um discurso de 1812 no Conselho de Estado. Neste discurso Napoleão afirmou que seus adversários, que questionavam e perturbavam a sua ação governamental, eram apenas metafísicos, pois o que pensavam não tinha conexão com o que estava acontecendo na história.¹¹

Augusto Comte, com seu conhecido *Curso de Filosofia Positiva*, retomou o sentido de ideologia utilizado por Tracy – o de estudo da formação das ideias, partindo das sensações (relações do corpo com o meio) – e acrescentou outro, o de conjunto de ideias de uma determinada época.¹²

De acordo com Marilena Chauí, o termo ideologia, na concepção dos positivistas, apresenta três consequências principais:

“1) define a teoria de tal modo que a reduz à simples organização sistemática e hierárquica de ideias, sem jamais fazer da teoria a tentativa de explicação e de interpretação dos fenômenos naturais e humanos a partir de sua origem real. Para o positivista, tal indagação é tida como metafísica ou teológica, contrária ao espírito positivo ou científico; 2) estabelece entre a teoria e a prática uma relação autoritária de manda porque possui as ideias e a prática obedece porque é ignorante. Os teóricos comandam e os demais se submetem; 3) concebe a prática como simples instrumento ou como mera técnica que aplica automaticamente regras, normas e princípios vindos da teoria. A prática não é ação propriamente dita, pois não inventa, não cria, não introduz situações novas que suscitem o esforço do pensamento para compreendê-las.”¹³

Émile Durkheim, ao discutir a questão da objetividade científica em sua obra *Regras para o Método Sociológico*, afirma que, para ser o mais preciso possível, o cientista deve deixar de lado todas as suas pré-noções, possíveis noções vulgares, ideias ultrapassadas e pré-científicas e as ideias subjetivas. Em Durkheim, o termo ideologia assume o sentido de tudo aquilo que não é ciência e que se coloca contra ela.

¹⁰ Idem, p. 24.

¹¹ Idem, p. 25.

¹² Idem, p. 25-26.

¹³ Idem, p. 27-28.

1.1.1 O conceito de ideologia na tradição marxista

O sentido pejorativo atribuído por Bonaparte, no sentido de que a ideologia estava desprendida da realidade, será o mesmo sentido atribuído por Karl Marx e Friedrich Engels na obra *A Ideologia Alemã*.

Nas palavras de Marilena Chauí, esta obra traz o significado napoleônico do termo:

“o ideólogo é aquele que inverte as relações entre as ideias e o real. Assim, a ideologia, que inicialmente designava uma ciência natural da aquisição, pelo homem, das ideias calcadas sobre o próprio real, passa a designar, daí por diante, um sistema de ideias condenadas a desconhecer sua relação real com o real.”¹⁴

Marx e Engels referem-se à ideologia como uma *percepção de mundo desvirtuada da realidade*, voltada para acobertar relações de dominação do homem sobre o homem, e que é gerada e reproduzida pela classe que se beneficia dessas relações de exploração. É a ideologia, nesse sentido, uma percepção de mundo articulada por uma classe específica que, todavia, tem como destinatários não só os seus próprios elaboradores, mas também todos os demais segmentos sociais, que passam a ver as percepções ideologizadas como verdades inquestionáveis e eternas.

Nas palavras de Marx e Engels:

“São os homens que produzem suas representações, suas ideias, etc., mas os homens reais, atuantes, tais como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e das relações que a elas correspondem, inclusive as mais amplas formas que estas podem tomar. A consciência nunca pode ser mais que o consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida real. E, se, em toda ideologia, os homens e suas relações nos aparecem de cabeça para baixo como em uma câmara escura, esse fenômeno decorre de seu processo de vida histórico, exatamente como a inversão dos objetos na retina decorre de seu processo de vida diretamente físico.”¹⁵

No entanto, Marx supera esta primeira concepção pejorativa de ideologia e lhe confere um novo sentido, quando a associa à ideia de *divisão do trabalho na sociedade*, aos grupos coletivistas chamados classes e ainda mais significativamente, ao domínio e

¹⁴ Idem, p. 25.

¹⁵ MARX; ENGELS, 1984, p. 19.

poder de determinadas classes. Na esteira do pensamento marxista, de acordo com Chauí, as ideologias surgem no instante em que ocorre a divisão social do trabalho entre trabalho manual/material e trabalho intelectual.¹⁶

Leandro Konder observa que esta noção de ideologia, rica em potencialidades, permitiu a Marx o reconhecimento das tensões e dos movimentos que se realizam na esfera da consciência, na construção do conhecimento, na contraditória relação existente entre a representação e a realidade e a inserção do sujeito humano na vida. Percebe-se, então, que a ideologia propriamente dita só emerge com a divisão do trabalho e a cisão de classes, quando as ideias erradas perdem seu caráter imediato e são produzidas pelos intelectuais, a fim de servir às relações de dominação existentes.¹⁷

Assim nos fala Marx:

“A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos de classes. Não fez, senão, substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta que existiram no passado.”¹⁸

Marx encara a história como uma produção humana totalmente vinculada a suas condições de existência. Para ele, o primeiro pressuposto de toda história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro ato histórico é a produção dos meios que permitam a satisfação das necessidades humanas mais elementares, a produção de sua própria vida material.¹⁹

Para Marx, é a vida material do ser humano que produz a consciência:

“A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. [...] Mesmo as formações nebulosas do cérebro dos homens são sublimações necessárias do seu processo de vida material, empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais”²⁰

¹⁶ CHAÚÍ, 1980, p. 60.

¹⁷ KONDER, 1992, p. 35-36.

¹⁸ MARX; ENGELS, 1984, p. 22.

¹⁹ Idem, p. 27-30.

²⁰ Idem, p. 37.

Com esta concepção materialista da vida, Marx desvenda o nexo causal que existe entre a consciência e a vida material, concluindo que

“os homens ao desenvolverem sua produção material, seu intercâmbio material, transformam também a sociedade, seu modo de pensar e os produtos do seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.”²¹

Importante ressaltar que Marx aplica uma dupla função ao termo *consciência* na obra *A Ideologia Alemã*, como nos lembra Terry Eagleton. De acordo com Eagleton, o termo pode significar *vida mental* em geral ou pode aludir, mais especificamente, aos sistemas históricos de crenças religiosas, jurídicas, etc. A compreensão de consciência nesse segundo sentido, isto é, como estrutura de doutrinas bem articuladas, permite uma melhor oposição à atividade prática, tornando o confronto bem mais plausível.²²

Em sua análise, Marx parte de alguns pressupostos: primeiro, os homens são diferenciados dos animais não pela racionalidade, mas pelo fato de produzirem seu meio de vida e pela forma como o fazem. É da necessidade de sobrevivência que nascem as relações humanas. Segundo, essas relações humanas levam à divisão do trabalho.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx desenvolve a concepção de que ideologia é a *inversão da realidade*, no sentido de reflexo, como uma câmara fotográfica, em que a imagem aparece invertida. Konder nos mostra que Marx avança na construção do conceito de ideologia, caracterizando-a como “a expressão da incapacidade de cotejar as ideias com o uso histórico delas, com a sua inserção prática no movimento da sociedade”.²³

Na interpretação de Marilena Chauí sobre a questão da ideologia em *A Ideologia Alemã*:

“É impossível compreender a origem e a função da ideologia sem compreender a luta de classes, pois a ideologia é um dos instrumentos de dominação de classe e uma das formas de luta de classes. A ideologia é um dos meios usados pelos dominantes para exercer a dominação, fazendo com que esta não seja percebida como tal pelos dominados.”²⁴

²¹ Idem, p. 39.

²² EAGLETON, 1997, p. 73-74.

²³ KONDER, 2002, p. 40.

²⁴ CHAUI, 1980, p. 86.

E continua:

“A ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias de todas as classes sociais, se tornam ideias dominantes. [...] A ideologia consiste precisamente na transformação das ideias da classe dominante em ideias dominantes para a sociedade como um todo, de modo que a classe que domina no plano material (econômico, social e político) também domina no plano espiritual (das ideias).”²⁵

A noção marxista de ideologia sofre um importante deslocamento com Lukács, que entende que *o materialismo histórico deve ser entendido como uma ideologia*, embora mais científico que a ideologia burguesa. Tanto Lênin quanto Lukács compreendem a ideologia como um sistema de pensamento.

De acordo com Lênin, em sua obra *Que Fazer?*, o socialismo é uma ideologia que combate, na dinâmica da luta de classes, a ideologia burguesa.²⁶

Nesse mesmo sentido, de acordo com Lukács:

“Com o capitalismo, com o desaparecimento da estrutura de estados e com a constituição de uma sociedade com articulações puramente econômicas, a consciência de classe ascendeu a um estado em que pode tornar-se consciente. Agora, a luta de classes reflete-se numa luta ideológica pela consciência, pela revelação ou dissimulação do caráter de classe da sociedade. A possibilidade dessa luta, porém, anuncia já as contradições dialéticas, a dissolução interna da pura sociedade de classes.”²⁷

Seguindo a linha de Lukács, Karl Mannheim apresenta uma nova interpretação marxista de ideologia em sua obra *Ideologia e Utopia*. De acordo com este autor, a ideologia atua na defesa da ordem estabelecida, prevendo, todavia, a possibilidade de ideologias revolucionárias. De outro lado, estabelecendo uma contraposição, Mannheim explica que a utopia tende a se adiantar no tempo, sugerindo uma ideia de transformação social.

Nas palavras de Mannheim:

“As ideologias são ideias transcendentais que jamais conseguem de fato a realização de seus conteúdos pretendidos. Embora se tornem com

²⁵ Idem, p. 92-94.

²⁶ LÊNIN, 1986, p. 120-124.

²⁷ LUKÁCS, 2003, p. 156.

frequência motivos bem intencionados para a conduta subjetiva do indivíduo, seus significados, quando incorporados efetivamente à prática, são na maior parte dos casos deformados. A ideia do amor fraterno cristão, por exemplo, permanece em uma sociedade fundada na escravidão como uma ideia irrealizável, e neste sentido, uma ideia ideológica, mesmo que o significado pretendido constitui, em boa-fé, um motivo de conduta do indivíduo.”²⁸

Para Mannheim, as ideologias são sempre conservadoras, uma vez que expressam o pensamento da classe dominante, que visam à manutenção da ordem. Em contraposição, ele chama de utopia aquilo que pensam as classes oprimidas, que buscam a transformação social.

Na tradição marxista do século XX, temos em Antonio Gramsci uma percepção crítica, sofisticada e renovadora de ideologia. Para o marxista italiano, a ideologia é a *concepção de mundo da classe dominante*. Esta concepção deve permear toda a sociedade, como um cimento unificador, entretanto, não é homogênea em todos os níveis:

“desde que se dê ao termo ideologia o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual coletiva.”²⁹

De acordo com Eagleton:

“Gramsci rejeita qualquer uso puramente negativo do termo ideologia. Esse “mau” sentido do termo tornou-se amplamente difundido. [...] A ideologia foi muitas vezes vista como pura aparência ou mera estupidez, ao passo que, na verdade, deve ser traçada uma distinção entre ideologias ‘historicamente orgânicas’ – designando as que são necessárias a uma dada estrutura social – e a ideologia no sentido de especulações arbitrárias dos indivíduos. [...] Gramsci também rejeita qualquer redução economista de ideologia a mero pesadelo da infraestrutura: pelo contrário, as ideologias devem ser vistas como forças ativamente organizadoras que são psicologicamente válidas, moldando o terreno no qual homens e mulheres atuam, lutam e adquirem consciência de suas posições sociais”³⁰

Na interpretação de Eagleton, para Gramsci uma ideologia orgânica não é a falsa consciência, porém uma consciência adequada a determinado estágio do

²⁸ MANNHEIM, 1986, p. 128.

²⁹ GRAMSCI, 1999, p. 98-99.

³⁰ EAGLETON, 1997, p. 109.

desenvolvimento histórico e a um momento político particular. Gramsci se recusa a julgar a ideologia como um mero *delírio ou insensatez*, à maneira daquilo que Eagleton chama de marxismo vulgar, admitindo que a natural superação dos sistemas teóricos não significa que estes não foram historicamente válidos em determinado momento.³¹

Para o marxista Louis Althusser, todas as práticas do homem, inclusive as práticas políticas e econômicas, estão impregnadas de ideologia.³²

Althusser, na pretensão de criar uma teoria geral da ideologia capaz de explicar o processamento e a estrutura dela própria, apresenta duas teses, uma positiva e outra negativa. A primeira cuida de ideologia representando-a sob uma forma imaginária. Já a segunda trata da materialidade da ideologia. A primeira tese apresenta-se nos seguintes termos: “a ideologia é uma mera representação da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência”. A segunda tese afirma que “a ideologia tem uma existência natural”.³³

A primeira tese apresentada por Althusser mostra a ideologia sendo analisada sob um ponto de vista crítico, onde as concepções de mundo são, em grande parte, imaginárias, ou seja, não correspondem à realidade. Tendo em vista essa “ilusão”, entendemos que as representações do mundo, entretanto, referem-se, em determinada medida, à realidade e que basta interpretá-las para encontrar a realidade do mundo.

A ideologia incorpora as condições de existência dos homens e suas relações com o mundo real. Não é demais lembrar que não se trata exatamente do mundo real, trata-se da relação que o homem estabelece, relação esta que está no centro de toda representação ideológica e, portanto, imaginária do mundo real. É nesta relação que está a causa que deve dar conta da deformação imaginária da representação ideológica do mundo real.

A segunda tese de Althusser entende que a ideologia possui uma existência material. O autor nos adverte que esta materialidade não é a mesma de um objeto inanimado qualquer. A representação ideológica leva ao reconhecimento que todo sujeito é dotado de uma consciência e crê nas ideias que sua consciência lhe inspira. Aceitando-as

³¹ Idem, p. 110-111.

³² ALTHUSSER, 1985, p. 51.

³³ Idem, p. 85-88.

livremente, irá agir imprimindo nos atos de sua prática material as próprias ideias, enquanto sujeito livre.

Sobre o “sujeito”, assim explica Althusser:

“Na verdade, se ele não faz o que, em virtude de suas crenças, deveria fazer, é porque faz algo diferente, o que, sempre em função do mesmo esquema idealista, deixa perceber que ele tem em mente ideias diferentes das que proclama e que ele age segundo outras ideias, seja como um homem inconsequente, ou cínico, ou perverso.”³⁴

Em todos os casos, a ideologia reconhece, apesar de sua deformação imaginária, que as ideias de um sujeito humano existem em seus atos e se isso não ocorre, ela lhe confere ideias correspondentes aos atos (mesmo perversos) que ele realiza. Deve-se enfatizar que os atos estão inscritos em práticas e essas práticas, por sua vez, são reguladas por rituais nos quais elas se inscrevem.

Fazendo referência à existência real ou espiritual das ideias, Althusser afirma que as ideias desaparecem, enquanto tal, na mesma medida em que sua existência estava inscrita nos atos das práticas reguladas por rituais definidos, em última instância, por um aparelho ideológico.

Este raciocínio leva Althusser a duas conclusões: só há prática através de uma ideologia e sob uma ideologia; só há ideologia pelo e para o sujeito.³⁵

Tomando por base esta última conclusão, Althusser apresenta uma terceira construção teórica: “a ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”. Ou seja, só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos, a ideologia existe para sujeitos concretos. Esta destinação da ideologia só é possível pelo sujeito.³⁶

Nas palavras de Althusser:

“[...] acrescentamos que a categoria de sujeito não é constitutiva de toda a ideologia, uma vez que toda ideologia tem por função constituir indivíduos concretos em sujeitos. É neste jogo de dupla constituição que se localiza o funcionamento de toda ideologia, não sendo a ideologia mais

³⁴ Idem, p. 90-91.

³⁵ Idem, p. 93.

³⁶ Idem, p. 94.

do que o seu funcionamento nas formas materiais de existência deste funcionamento.³⁷

Tomando a obra de Marx como ponto de partida, da qual se extrai a noção de que a estrutura da sociedade é constituída por níveis articulados por uma determinação específica, Althusser explica que, em primeiro lugar, a infraestrutura ou base econômica da sociedade é constituída pela unidade de forças produtivas e relações de produção. Em segundo lugar, a superestrutura, que compreende duas instâncias, uma jurídico-política, que incorpora o direito e Estado, e outra ideológica, que incorpora as diversas ideologias, sejam elas de ordem religiosa, moral, jurídica, política, etc. De acordo com Althusser, a tradição marxista entende o Estado apenas como uma espécie de máquina de repressão, que garante à classe dominante a sua dominação sob as classes subalternas. Aqui o Estado é concebido como o garantidor institucional dos interesses da classe dominante.³⁸

Todavia, Althusser entende que a atuação repressiva do Estado não se deve ao fato da classe dominante transformá-lo num instrumento de repressão e violência, mas sim porque a função do Estado é coercitiva, uma vez que ele mesmo estabelece as relações de subordinação.

Segundo Albuquerque, o Estado é uma máquina de guerra que para se legitimar, vale-se do direito. É com o direito que o Estado converte-se em *Estado de Direito* e passa a figurar como legal. Aqui, o papel do direito é legitimar a violência e a exploração, fazendo com que sejam aceitas como legais. A ideologia assume, portanto, o papel de fazer com que o Estado apareça como legítimo, não importando qual grupo detenha o poder.³⁹

A partir desta concepção de Estado, Althusser identificará o espaço onde o modelo ideológico estabelecido pela classe dominante irá se reproduzir: são os Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE). São estes aparelhos que, no entendimento althusseriano, comporão a estrutura do Estado. O direito é um destes aparelhos, assumindo também o papel de aparelho *repressivo* do Estado.⁴⁰

³⁷ Idem, p. 95.

³⁸ Idem, p. 62/95.

³⁹ ALBUQUERQUE, 1985, p. 15-16.

⁴⁰ ALTHUSSER, 1985, p. 67-68.

Na perspectiva althusseriana, Leandro Konder nos lembra que

“os aparelhos ideológicos do Estado (AIE), que constituem a base material essencial da ideologia, desempenham uma função decisiva no processo de reprodução das condições de produção. Essa reprodução resulta dos esforços e iniciativas da classe dominante, empenhada em preservar seus privilégios, em manter seu poder e em continuar explorando o trabalho da classe dominada. Os AIE, então, representam a forma como a ideologia da classe dominante deve necessariamente se realizar.”⁴¹

No entanto, Konder nos adverte de que o próprio Althusser diz que as ideologias não têm sua origem nos Aparelhos Ideológicos do Estado, mas sim no processo de luta de classes.⁴²

Tendo como base a tradição marxista, Konder entende ser impossível resolver por completo a problemática em torno da questão da ideologia. Para ele, essa questão “será sempre resolvida, na medida do possível, em cada época, em cada contexto específico”.⁴³ E aqui concordamos com Konder – dentro da perspectiva já apresentada por Althusser – no sentido de que, para obtermos avanços na análise crítica dos fenômenos ideológicos, é extremamente necessário o aprofundamento teórico no campo da práxis revolucionária.⁴⁴

1.2 Sobre o conceito de direito e sua relação com a ideologia

Discorrer acerca do conceito de direito parece, num primeiro momento, tarefa bastante simples e que pode ser respondida por qualquer manual de introdução ao estudo do direito. E de fato, se tomarmos o direito positivo como a única possibilidade de conceituação, estaremos economizando um longo debate, mas estaremos nos furtando de uma reflexão que possibilita encarar o fenômeno jurídico de uma maneira muito mais ampla. E é essa amplitude do conceito de direito que merece nossa atenção neste passo.

Tanto nos bancos da Academia quanto nas doutrinas de direito, esta matéria é abordada num quadro formal, voltado para o que se convencionou chamar de *direito positivo*, o direito editado pelo Estado em seu próprio âmbito. O direito positivo, assim, é

⁴¹ KONDER, 2002, p. 123.

⁴² Idem, p. 123.

⁴³ Idem, p. 262.

⁴⁴ Idem, p. 265.

considerado como o conjunto de leis hierarquizadas que o Estado produz e cuja observância é dever de todos, inclusive do próprio Estado.

Num tom jocoso, Dimitri Dimoulis encara a tarefa de definir o direito como uma das mais difíceis do mundo. Este autor coloca o direito no rol dos conceitos controvertidos, uma vez que a sua definição está vinculada a ideias filosóficas e políticas que possuem uma forte carga emotiva e em relação às quais é quase impossível um acordo.⁴⁵

Muito embora seja possível encontrar uma infinidade de conceituações entre pensadores das mais diversas épocas, Dimoulis entende que alguns pontos em comum são encontrados na maioria das definições de direito.

Nesse sentido, Dimoulis apresenta dois pontos: *o direito como dever social e a coerção*. O primeiro nos mostra que o direito é, necessariamente, um conjunto de regras que objetiva regulamentar o comportamento das pessoas em sociedade. O direito é um *dever ser*, mandamentos que devem ser obedecidos pelos destinatários. Para o autor, esta é uma característica essencial do direito. O segundo ponto nos apresenta o direito como um dever ser dotado de força, ou seja, o seu cumprimento não apenas pode ser exigido, mas, principalmente, pode ser imposto mediante o uso da força física.⁴⁶

Tendo em vista que o objetivo final deste trabalho é apresentar uma perspectiva crítica do direito que possibilite encará-lo com vistas à transformação social, acreditamos ser necessário para tanto uma compreensão do conceito de direito que mostre as relações entre este conceito e a questão de ideologia, que ultrapasse a mera dogmática e que se apresente como uma das bases da crítica jurídica.

Caminhando nesta vereda, consideramos extremamente pertinente o estudo feito pelo Professor Agostinho Ramalho Marques Neto, o qual nos fornece uma perspectiva crítica acerca do direito, dando especial atenção ao conceito daquilo que é – ou deveria ser – o direito.

Marques Neto caracteriza como inadequados os estudos científicos do direito que o apresentam como um conjunto de princípios imutáveis, preexistentes e superiores ao

⁴⁵ DIMOULIS, 2010, p. 21.

⁴⁶ Idem, p. 37-38.

ser humano, de caráter divino ou mesmo como um sistema de normas postas como válidas pelo poder público. Explica o autor que ambas as perspectivas são inapropriadas ao estudo científico porque

“o primeiro em razão de seu caráter essencialmente idealista e metafísico, que reduz o Direito a um capítulo da Religião, da Filosofia ou da Ética, somente acessível através da razão prática, para usarmos a expressão de Kant, e o segundo porque atribui à Ciência do Direito, como exclusivo, um objeto de tal modo contingente e variável, que praticamente impossibilita a elaboração de teorias jurídicas de caráter científico, restringindo-as, na maioria das vezes, a proposições de cunho hermenêutico sobre institutos e regras do Direito Positivo.”⁴⁷

Marques Neto propõe, então, uma abordagem dialética⁴⁸ do direito, pois considera tal abordagem a que melhor possibilita uma compreensão do processo de elaboração científica. Sua abordagem está calcada em sete princípios: (1) só é possível existir o direito dentro de um espaço social, como *produto da convivência entre os homens*; (2) a ciência do Direito é resultado de uma *construção teórica*, sendo que suas proposições jamais podem ser tidas como imutáveis e absolutas, muito pelo contrário, devem estar sempre sujeitas à contestação e retificação; (3) o fenômeno jurídico é parte integrante de uma dada *realidade social* e desenvolve-se dentro desta realidade. Este fenômeno é imprescindível à ciência do Direito, muito embora ela não trabalhe diretamente com tal fenômeno, mas sim com um objeto de conhecimento próprio da ciência do Direito. (4) Sendo parte da realidade social, o fenômeno jurídico não existirá em estado de pureza, mas *sofrerá influência das diversas dimensões do tempo e do espaço* em que ele surge e se desenvolve. (5) “Não há um método perfeitamente adequado à investigação jurídica”. (6) “A norma jurídica é apenas um dos aspectos da elaboração do Direito, nem mais nem menos importante que os demais”, ela é tão somente a parte técnica, aplicada, prática da ciência do Direito. (7) A eficácia de uma norma jurídica está muito mais na sua adequação às proposições teóricas da ciência do Direito e na sua ligação

⁴⁷ MARQUES NETO, 2001, p. 128.

⁴⁸ Konder nos fala que a “uma das características essenciais da dialética é o espírito crítico e autocrítico”. Remetendo a Ernst Bloch, o autor afirma que “o método dialético nos incita a revermos o passado à luz do que está acontecendo no presente; ele questiona o presente em nome do futuro, o que está sendo em nome do que ainda não é” (KONDER, 2008, p. 81-82)

com a realidade e as aspirações da sociedade, e muito menos em critérios que são puramente formais, como a lógica interna do sistema jurídico.⁴⁹

Convencido de que a dialética fornece o melhor referencial teórico para o estudo do direito, Marques Neto afirma que

“A dialética estuda o Direito dentro do processo histórico em que ele surge e se transforma, e não a partir de concepções metafísicas formuladas *a priori*. Assim, o que lhe interessa é um direito real, concreto, histórico, visceralmente comprometido com as condições efetivas do espaço-tempo social, que constituem a medida por excelência de sua eficácia; e não um direito estático, conservador, reacionário, voltado para o passado, óbice ao invés propulsor do desenvolvimento social, que prefira enclausurar-se em seus próprios dogmas a abrir-se a uma crítica fecunda que o renove e lhe dê vida.”⁵⁰ (Grifo nosso)

Compartilha da mesma visão dialética o jurista Roberto Lyra Filho. O autor chama esta visão de *teoria dialética do direito*, a qual Marilena Chauí caracteriza como “uma nova filosofia jurídica, baseada em uma sociologia jurídica, mediante as quais se restitui a dignidade política do direito”⁵¹

A teoria de Lyra Filho, no mesmo sentido, não toma o direito como norma, não define norma pela sanção, não acredita que resida apenas no Estado o poder normativo e sancionador, não se curva ao positivismo jurídico e não faz do direito um rol de restrições à liberdade.⁵²

Na árdua tarefa de definir aquilo que é o direito, Lyra Filho nos apresenta a seguinte concepção:

“O Direito é, antes de tudo, liberdade militante, a afirmar-se, evolutivamente, nos padrões conscientizados de justiça histórica, dentro da convivência social de indivíduos, grupos, classes e povos – e isto quer dizer que **o Direito é, então, em substância, processo e modelo de liberdade conscientizada ou conscientização libertadora na e para a práxis transformadora, do mundo;** e não ordem social (que procure encerrá-lo e detê-lo), nem norma (que bem ou mal o pretenda veicular), nem princípio abstrato (que o desvincule das lutas sociais e concretas), nem apenas luta social e concreta (que desconhece os limites jurídicos de uma práxis transformativa do mundo e reivindicadora de direitos sonogados: não se conquistam direitos pelo esmagamento de direitos, isto é, direitos humanos e gerais, pois o livre desenvolvimento de cada um é condição para o livre desenvolvimento de todos – o que exclui a pretensa

⁴⁹ MARQUES NETO, 2001, p. 129-130.

⁵⁰ Idem, p. 131.

⁵¹ CHAUI, 1982, p. 24.

⁵² LYRA FILHO, 1983, p. 152.

legitimidade duma ação majoritária aniquiladora do que são, sentem, pensam, carecem e reclamam os titulares do direito inalienável à diferença pessoal ou grupal irreduzível”.⁵³ (Grifo nosso)

E continua dizendo aquilo que o direito *não é*:

“O Direito não é, portanto, uma ordem natural e fixa, nem uma ordem social concreta, nem sequer uma ordem que troca de conteúdo, dentro dos parâmetros conceituais ou substanciais do Estado ou da razão pura: qualquer ordenação traz em si mesma o germe de outra, mais avançada, em que, por fases de maturação e rompimento final, ela se transfunde. E o Direito, em totalidade e movimento, está precisamente nos parâmetros mais avançados, não nos esquemas em superação, que a ordem futura vai transfigurar, incorporando e reenquadrando a parte viva da anterior e eliminando a parte morta, para criar novas formas de vida ou de convivência”⁵⁴

Em seu pequeno – mas extremamente denso em conteúdo – *O que é Direito*, Lyra Filho nos diz que

“Direito é processo, dentro do processo histórico: não é uma coisa feita, perfeita e acabada; é aquele vir-a-se que se enriquece nos movimentos de libertação das classes e grupos ascendentes e que define nas explorações e opressões que o contradizem, mas de cujas próprias contradições brotarão as novas conquistas. [...] O Direito se apresenta como positividade da liberdade conscientizada e conquistada nas lutas sociais e formula os princípios supremos da Justiça Social que nelas desvenda. Por isso, é importante não confundi-lo com as normas em que venha a ser vazado, com nenhuma das séries contraditórias de normas que aparecem na dialética social.”⁵⁵

Lyra Filho e Marques Neto comungam da mesma crítica ao dogmatismo normativista de Hans Kelsen. Como sabemos, em sua teoria, Kelsen estabelece uma identificação absoluta entre *direito* e *lei*. Sua grande preocupação está em constituir uma ciência do direito que possua um objeto puro, sem qualquer conteúdo ideológico, político, econômico, etc., ou seja, um objeto essencialmente jurídico, que possa ser identificado sem maiores dificuldades.

Marques Neto nos mostra que Kelsen resume o direito exclusivamente à norma, retirando qualquer fundamento idológico ou axiológico que a ciência do Direito

⁵³ Idem, p. 153.

⁵⁴ Idem, p. 154

⁵⁵ LYRA FILHO, O que é direito, p. 99-102.

possa ter, retira até mesmo quaisquer discussões acerca da justiça. O jurista austríaco apresenta sua teoria como libertadora da ciência jurídica, retirando dela tudo que possa ser-lhe estranho, ficando de fora os fenômenos psíquicos, sociais, éticos, políticos, etc.⁵⁶

Entretanto, alerta-nos Marques Neto para o fato de que Kelsen

“não ignora a influência que tais fatores exercem sobre a elaboração jurídica, mas os afasta, ‘porque intenta evitar um sincretismo metodológico que obscurece a essência da ciência jurídica e dilui os limites que lhe são impostos pela natureza do seu objeto’.”⁵⁷

A crítica que Marques Neto e Lyra Filho dirigem contra o positivismo kelseniano reside no fato de que esta doutrina, assim como qualquer dogmatismo, possui uma atitude acrítica diante do seu objeto de estudo, neste caso a norma jurídica. Esta “é passivamente aceita como um produto do Estado, dentro da concepção kelseniana de que todo direito emana do poder estatal.”⁵⁸

Ambos concordam que a teoria pura de Kelsen, muito embora se afirme como anti-ideológica, apresenta-se na prática como totalmente ideológica, pois acaba exercendo a função de “ocultar as contradições intrínsecas a uma sociedade de classes na estrutura capitalista.”

Lyra Filho é enfático em seu ataque a Hans Kelsen, acusando-o de não ser coerente em sua teoria, pois,

“embora negando limites à formalização normativa (para ele o Direito é; acabou-se; ganhando eficácia, tornou-se jurídico), e, contudo, a ideologia que ele pretendia tão laboriosamente expulsar, vem a emergir quando afeta o liberal burguês que é o próprio Hans Kelsen. Ele dirá, portanto, como quem enuncia um princípio indubitável, que ‘o Direito emprega a força enquanto monopólio da comunidade. E, precisamente ao agir assim, pacífica esta’. [...] Por outras palavras, Kelsen introduz aqui o postulado liberal e burguês, de ordem política, falando em paz, embora relativa, par dissimular a luta de classes e o sentido classista do Estado. A pseudoneutralidade da ciência quer esconder o gato, mas ele põe logo o rabo de fora. E de forma bastante confusa, pois, segundo Kelsen, até o direito nazista é um direito possível.”⁵⁹

⁵⁶ MARQUES NETO, 2001, p. 164.

⁵⁷ Idem, 2001, p. 165.

⁵⁸ Idem, p. 167-168.

⁵⁹ LYRA FILHO, 1980, p. 32.

Para Marques Neto, uma possível razão do sucesso da teoria de Kelsen é justamente essa ideologia que nela se encontra velada. A teoria pura pode ser acolhida tranquilamente por qualquer Estado autoritário, uma vez que afasta da direito “qualquer indagação acerca da validade social da norma jurídica”. Além disso, seguindo o positivismo kelseniano, o jurista assume papel de mero intérprete da lei vigente, aceitando-a como válida.⁶⁰

Para fugir de uma análise estritamente dogmática da ciência do direito, Lyra e Marques insistem na necessidade de uma visão dialética do direito. A análise dialética do direito permite afirmar que a ciência jurídica não é efetivamente normativa, uma vez que, de acordo com Marques Neto:

“a função precípua de toda teoria científica é a de explicar, e não ditar normas e, muito menos, dogmatizar. Mas essa teoria visa a uma aplicação. E a forma específica de aplicar as teorias da ciência do Direito é precisamente a norma, que constitui a parte técnica, prática, aplicada da ciência do Direito, e não seu conteúdo, pois o conteúdo de toda ciência é a teoria. O Direito é, portanto, uma ciência social como qualquer outra, com a singularidade de aplicar-se normativamente, mas não de já conter normas em suas formulações teóricas.”⁶¹

Marques Neto nos explica que o objeto real de estudo da ciência do direito é o *fenômeno jurídico*, que surge e se desenvolve num terminado espaço temporal de uma sociedade, a partir das relações humanas, exatamente da mesma forma como ocorrem outros fenômenos sociais específicos, tais como políticos, econômicos, morais, artísticos, religiosos, etc. Entretanto, na concepção do autor, o fenômeno jurídico não deve ser estudado como um fato bruto, mas sim como um objeto de conhecimento “construído em função do sistema teórico da ciência do direito”. Nesta perspectiva, “qualquer fenômeno social é, em princípio, passível de constituir objeto de estudo da ciência do direito.”⁶²

Tendo em vista esta concepção, Marques Neto concorda com Lyra Filho no sentido de que a produção normativa não pode estar alheia a realidade social, à luta de classes, muito menos às proposições que outras ciências sociais fornecem.

Em um discurso como paraninfo da turma de formandos em Direito da Universidade de Brasília do ano de 1981, Lyra Filha nos ensina que

⁶⁰ MARQUES NETO, 2001, p. 168-169.

⁶¹ Idem, p. 185.

⁶² Idem, p. 186-187

“O Direito é processo, dentro de um processo histórico, e, como este, um processo dialético; é a expressão, de um ângulo particular e inconfundível, da dialética de dominação-libertação, que constitui a trama, o substrato e a mola do itinerário humano, através dos tempos.”⁶³

E continua Lyra Filho, no mesmo discurso, incitando os juristas:

“Procurem a Justiça Social, e acharão o Direito, não como produto entortado pelos interesses e conveniências de privilegiados, mas na fonte legítima: o sufrágio livre e universal do povo, que não reconhece tutores; que abomina as dominações manhosas ou violentas; que produz a riqueza e deve participar, equitativamente, dos seus frutos; que determina a única segurança verdadeira, com base no exercício da liberdade coletiva e no respeito às garantias individuais.”⁶⁴

Nas palavras exatas de Marques Neto:

“A ciência do Direito, tanto em seus momentos teóricos como práticos, deve, por conseguinte, acompanhar a dinâmica social, condicionando-a e sendo por ela condicionada, num verdadeiro relacionamento dialético. Aliás, não podemos considerar como válido nenhum critério de eficácia das leis, senão o seu confronto com as proposições da ciência do Direito e principalmente a sua adequação às reais necessidades e aspirações das bases sociais.”⁶⁵

Segundo Mialle, a norma deve estar em constante questionamento:

“trata-se de saber por que é que dada regra jurídica, e não dada outra, rege dada sociedade em dado momento. Se a ciência jurídica apenas nos pode dizer como essa regra funciona, ela encontra-se reduzida a uma tecnologia jurídica perfeitamente insatisfatória. Temos direito de exigir mais dessa ciência, ou melhor, de exigir coisa diversa de uma simples descrição de mecanismos.”⁶⁶

Da interpretação de Marques Neto e Lyra Filho subentende-se que a ciência do direito deve estar em consonância com os anseios da sociedade, condicionando-a e por ela sendo condicionada. A ciência do direito, ao mesmo passo, não pode olvidar a problemática da justiça, muito pelo contrário, esta deve ser encarada como um dos mais importantes elementos do fenômeno jurídico. Todavia, essa concepção de justiça deve

⁶³ LYRA FILHO, 1981, p. 07.

⁶⁴ LYRA FILHO, 1981, p. 30.

⁶⁵ MARQUES NETO, 2001, p. 200.

⁶⁶ MIALLE, 2005, p. 23

entendê-la como possível apenas dentro de uma estrutura social que possibilite a todos os indivíduos os meios materiais para uma existência digna e livre, onde liberdade não seja apenas uma ficção da lei, mas uma realidade efetiva.

Compreender o direito enquanto fenômeno ideológico implica, necessariamente, uma ruptura com a concepção que encerra na regra jurídica toda a problemática da ciência do direito. O jurista atento deve transformar o dogma em problema, compreendendo o direito de maneira crítica e totalizante, tal como nos ensina Lyra Filho⁶⁷.

Nos dizeres de Marques Neto,

“urge libertar o Direito de todo dogmatismo, integrando-o dialeticamente ao contexto social de que ele é parte, como disciplina científica que constrói o seu próprio objeto e assim se constrói a si mesma dentro de condições históricas concretas.”⁶⁸

Estando o direito necessariamente ligado à existência humana, cabe ao jurista crítico visualizar o fenômeno jurídico como uma das peças-chave na luta de classes e encará-lo como instrumento de libertação e de justiça social.

E aqui se mostra novamente conveniente o estudo realizado por Tigar e Levy. Entendem os autores que as normas hoje vigentes – e, de certa forma, o próprio modelo estrutural do direito ocidental – tiveram origem em insurreições, quando a burguesia ascendeu ao poder. Acreditam que a luta social condiciona mudanças na estrutura jurídica.⁶⁹

Nas palavras dos juristas estadunidenses:

“Todos os grupos que desejam introduzir uma mudança radical numa sociedade [...] inicialmente submetem a teste as instituições vigentes de poder a fim de verificar até que ponto elas se curvam e, em seguida, atacam diretamente os órgãos do poder estatal, criando seu próprio aparato de força pública, com novas leis e injunções destinadas a garantir seus próprios interesses.”⁷⁰

⁶⁷ LYRA FILHO, 1980, p. 43.

⁶⁸ MARQUES NETO, 2001, p. 216.

⁶⁹ TIGAR; LEVY, 1978, p. 14/275.

⁷⁰ Idem, p. 15.

Entendendo o direito como instrumento de luta social, os autores de *O Direito e a Ascensão do Capitalismo* afirmam que “uma das tarefas do grupo dissidente consiste em explorar os limites da *ideologia jurídica dominante* a fim de verificar o quanto pode ser realizado dentro desses limites.”⁷¹

Aqui começamos a compreender o substrato ideológico do direito e vê-lo diretamente ligado, em nossos tempos, ao modo de produção⁷² capitalista. Michel Miaille afirma que na sociedade capitalista a instância jurídica faz parte de um todo em que o modo de produção dá ao jurídico “um lugar, uma *função*, uma eficácia particulares”⁷³. Miaille afirma que, no marxismo, o direito é encarado como fenômeno diretamente determinado pelo modo de produção, o que revela seu caráter ideológico.⁷⁴

Miranda Rosa dá um passo além, e afirma que o direito é uma consequência da realidade socioeconômica e sociocultural, refletindo os interesses e valores da sociedade capitalista.⁷⁵

Machado nos fala que a dimensão ideológica do direito pode ser percebida mais facilmente no momento da produção do próprio direito, seja pela predominância da ideologia liberal burguesa nos parlamentos, ou pelas relações sociais e econômicas que condicionam a produção normativa do Estado.⁷⁶

Ainda para Machado, resta claro que

“o ordenamento jurídico positivo confere ao projeto da classe dominante um caráter legal que o torna, só por isso, um projeto legítimo e universal, já que opera a completa abstração dos antagonismos sociais, absorvidos ou *institucionalizados* pela ordem jurídica, como se esta fosse mesmo uma legítima expressão objetiva e neutra do interesse social.”⁷⁷

⁷¹ Idem, p. 277.

⁷² Entendemos modo de produção como “um conceito que inclui, para além do nível de produção de bens materiais (nível econômico), os outros níveis da realidade social: jurídico-político e ideológico. [...] Julgamos no entanto, como Louis Althusser, que a redução deste conceito apenas ao nível econômico limita o sentido implícito que Marx lhe dá em *O Capital*. O conceito de modo de produção é um conceito que nos permite pensar e conhecer uma totalidade social.” (HARNECKER, 1971, p. 15).

⁷³ MIAILLE, 2005, p. 79.

⁷⁴ MIAILLE, 2005, p. 63.

⁷⁵ MIRANDA ROSA, 1980, p. 40.

⁷⁶ MACHADO, 2008, p. 42.

⁷⁷ Idem p. 43.

Nessa perspectiva, parecem-nos bastante oportuna as duas conclusões otimistas a que chegam Tigar e Levy acerca de um possível futuro do direito. Do estudo da ascensão da burguesia, arrematam que

“a ideologia jurídica é a expressão da luta social, e que elementos específicos da ideologia de um grupo são resultados de lutas nas quais ele se emprenha e se empenhou. [...] o sistema de liberdade burguesa, em seus grandes dimensionamentos, separa-se em duas partes bem claras. A primeira trata como matéria concreta e integrada na ideologia os princípios de propriedade e contrato sobre os quais repousa o sistema capitalista, e, previsivelmente, admite que o emprego do poder do Estado para defender essas liberdades. A segunda consiste nos princípios legais que a burguesia promoveu como essenciais à sua campanha política para conquistar o poder. Ambos os conjuntos de princípios foram justificados como inovação da ideologia do direito natural, que constituiu o emblema especial da burguesia à época de sua campanha final para conquista do poder.”⁷⁸

Tigar e Levy nos apresentam um cenário bastante otimista quanto ao uso do direito para a transformação social, no sentido de redistribuição das riquezas, pois entendem que o grupo contestador da ordem jurídica posta pode explorar ao máximo os limites da ideologia jurídica dominante, encontrando as possibilidades de mudança dentro desses limites.⁷⁹

Eduardo Novoa Monreal, entretanto, não compartilha do mesmo otimismo. Para este autor, é necessário superar este direito e a ideologia a ele intrínseca. Diz que o grande êxito da classe dominante hoje é justamente fazer as pessoas – principalmente os jovens juristas – acreditarem que este *nosso* direito é o único possível e o mais desenvolvido.

De acordo com Monreal, cabe aos juristas uma profunda análise do que é e do que pode ser o direito, colando-o a serviço da realidade social. Assim, estarão dando vida à ciência jurídica, possibilitando que esta se abra a concepções mais justas e se desvincule do serviço às ideologias das classes exploradoras. São necessárias novas instituições jurídicas que possibilitem ao direito servir às ideias de solidariedade social e primazia do interesse

⁷⁸ TIGAR; LEVY, 1978, p. 308-309.

⁷⁹ TIGAR, LEVY, 1978, p. 277.

coletivo sobre o particular. Caso isso não ocorra, sentencia o autor: “o Direito persistirá como um obstáculo de mudança social.”⁸⁰

Nesse panorama que se apresenta, e seguindo na esteira do que nos fala Lyra Filho e Marques Neto, o primeiro passo para empreendermos uma análise crítica do direito é encará-lo como fenômeno ideológico, diretamente ligado ao meio de produção vigente e mantenedor da opressão de classes. A partir daqui podemos partir para uma análise crítica e nos indagarmos se é possível construir um direito instrumento de transformação social e emancipação⁸¹ humana.

⁸⁰ MONREAL, 1988, p. 13/179.

⁸¹ Sobre a noção de emancipação, concordamos com o pensamento de Mauro Iasi: “a emancipação humana exige que os seres humanos assumam o controle de sua existência, superando as mediações que impedem a percepção de sua história como fruto de uma ação humana. Nesse sentido, se é verdade que o pensamento marxiano nega a visão abstrata e idealista de um sujeito histórico como manifestação de uma essência humana que se autorrealiza na história, afirma o ser humano como sujeito histórico e, portanto, capaz de uma teleologia. [...] A possibilidade de emancipação humana, de restituir o mundo e as relações humanas aos seres humanos, passa pela superação das mediações criadas por esses mesmos seres em sua ação sobre o mundo. Passa pela superação da mercadoria, do capital e do Estado.” (IASI, 2011, p. 69-73)

CAPÍTULO 2

CRÍTICA DO DIREITO

2.1 Conceituação de crítica

Antes de discorrermos sobre a crítica do direito e como esta figura na obra de Oscar Correias, cabe-nos analisar o sentido da palavra crítica, haja vista que a acepção pode comportar múltiplos significados.

De acordo com o próprio Oscar Correias, tema deste trabalho, foi utilizada diferentemente na tradição filosófica ocidental. Correias nos traz como exemplo Kant e Marx. Segundo Correias, na obra *Crítica da Razão Pura*, de Kant, há apenas uma análise detalhada de como opera a razão. Nesta obra, a palavra crítica assume o sentido de “ideia de uma operação analítica do pensamento”. Na obra de Marx, *crítica* assumirá um significado bastante diferente daquele empregado por Kant. No livro *A Crítica da Economia Política* encontraremos um ingrediente de inconformidade e insurgência quando Marx examina os resultados da Economia Política e coloca às claras a dominação que esta ciência tentou até então esconder.⁸²

De acordo com Wolkmer, “a *crítica* aparece no marxismo como o discurso revelador e desmistificador das ideologias ocultadas que projetam os fenômenos de forma distorcida”.⁸³

Partindo de Paulo Freire, Wolkmer apresenta a seguinte conceituação de crítica:

“Isso posto, avança-se no sentido de que a ‘crítica’ pode compreender ‘aquele conhecimento que não é dogmático, nem permanente, (mas) que existe num contínuo processo de fazer-se a si próprio. E, seguindo a posição de que não existe conhecimento sem práxis, o conhecimento ‘crítico’ seria aquele relacionado com um certo tipo de ação que resulta na transformação da realidade. Somente uma teoria ‘crítica’ pode resultar na libertação do ser humano, pois não existe transformação da realidade sem a libertação do ser humano.”⁸⁴

⁸² CORREAS, 1990, p. 35.

⁸³ WOLKMER, 2006, p. 04.

⁸⁴ FREIRE apud WOLKMER, 2006, p. 05.

E conclui Antonio Carlos Wolkmer:

“Desse modo, pode-se conceituar teoria crítica como o instrumental pedagógico operante (teórico-prático) que permite a sujeitos inertes e mitificados uma tomada histórica de consciência, desencadeando processos que conduzem à formação de agentes sociais possuidores de uma concepção de mundo racionalizada, antidogmática, participativa e transformadora. Trata-se de proposta que não parte de abstrações, de um *a priori* dado, da elaboração mental pura e simples, mas da experiência histórico-concreta, da prática cotidiana insurgente, dos conflitos e das interações sociais e das necessidades humanas essenciais.”⁸⁵

Michel Miaille fala que *crítica* é a possibilidade de tornar visível aquilo que não está visível. Segundo ele, o pensamento crítico possibilita suscitar o que não está visível para explicar o visível e se recusa a acreditar que a realidade está limitada ao visível.⁸⁶

Nas exatas palavras do jurista francês:

“Um pensamento crítico não pode contentar-se em descrever dado acontecimento social, tal e qual ele se oferece à observação: ele não pode deixar de o reinserir na totalidade do passado e do futuro da sociedade que o produziu. Desenvolvido assim, em todas as suas dimensões, esse acontecimento perder o carácter chão, unidimensional, que a mera descrição lhe conferia: torna-se preñado de todas as determinações que o produziram e de todas as transformações possíveis que podem afectá-lo. A teoria crítica permite não só descobrir os diferentes aspectos escondidos de uma realidade em movimento, mas sobretudo abre, então, as portas de uma nova dimensão: a da emancipação.”⁸⁷

Compreendemos *crítica*, portanto, como investigação de determinado objeto ou ciência com o intuito de desvendar tudo o que possa estar oculto e propor o diferente, o novo, como substituição. Nesse sentido, entendemos como teoria crítica o instrumental teórico-prático que possibilita esse tomada de consciência para uma interpretação da realidade com objetivo transformador.⁸⁸

⁸⁵ WOLKMER, 2006, p. 5.

⁸⁶ MIAILLE, 2005, p. 21-22.

⁸⁷ MIAILLE, 2005, p. 23.

⁸⁸ COELHO, 1991, p. 54.

2.2 A contribuição da Escola de Frankfurt à Teoria Crítica

Certamente a corrente filosófica contemporânea que melhor desenvolveu as formulações em torno de uma teoria crítica foi a Escola de Frankfurt, tanto que é comum referir-se a ela como a Escola da Teoria Crítica ou simplesmente *Teoria Crítica*.

Com efeito, não se tratou de uma escola propriamente dita, um que vez que seus integrantes tinham formulações teóricas distintas e muitas vezes conflitantes. Nas palavras de Alysson Mascaro:

“Na verdade, era um corpo de pensadores diferentes entre si, mas que estavam vinculados a um certo tipo de reflexão geral do marxismo. Por apregoar, em linhas gerais, uma crítica à racionalidade burguesa, era também chamada de escola da teoria crítica.”⁸⁹

Mascaro classifica a Escola de Frankfurt como “a corrente menos revolucionária, menos explosiva do marxismo”⁹⁰, mas não nega sua importância no mundo acadêmico, bem como considera as contribuições de vários dos seus expoentes como fundamental para a afirmação e consolidação de uma teoria crítica.

Para Göran Therborn, a teoria criada pela Escola de Frankfurt não foi propriamente uma criação intelectual original. De acordo com este pensador, a teoria desenvolvida pelos frankfurtianos a partir dos anos de 1930:

“representa a continuação e o desenvolvimento, até as últimas consequências, da forma de marxismo mais conscientemente filosófico disponível para os teóricos da Escola de Frankfurt, ou seja, a filosofia do período juvenil de Lukács e Korsch. Por sua vez, essa filosofia era o desenvolvimento de uma tendência do pensamento filosófico e sociológico largamente difundida na Alemanha durante o século XIX e nos primeiros anos do século XX.”⁹¹

A Escola de Frankfurt tomou como nome Instituto de Pesquisa Social, ligado à Universidade de Frankfurt. Surgiu da iniciativa do economista e cientista social Felix Weil, com forte apoio do economista Friedrich Pollock e de Max Horkheimer.⁹² Dentre os principais nomes ligados à Escola de Frankfurt, podem ser citados os de Max Horkheimer,

⁸⁹ MASCARO, 2009, p. 147.

⁹⁰ Idem

⁹¹ THERBORN, 2003, p. 4.

⁹² NOBRE, 2008, 13.

Theodor Adorno, Herbert Marcuse, Walter Benjamin e Jürgen Habermas, dentre outros importantes autores.

Nas palavras de Wolkmer:

“Os principais integrantes da Escola de Frankfurt [...] buscam distanciar-se do marxismo ortodoxo, mas sem deixar de compartilhar metodologicamente do ideário utópico, crítico, revolucionário e emancipador. Na verdade, a articulação de uma teoria crítica, como categoria e fundamento de legitimação, representada pela Escola de Frankfurt, encontra toda sua inspiração teórica na tradição racionalista que remonta o criticismo kantiano, passando pela dialética idealista hegeliana, pelo subjetivismo psicanalítico freudiano e culminando na reinterpretação do materialismo histórico marxista.”⁹³

Marcos Nobre nos fala que a característica principal da Teoria Crítica é o seu caráter de constante renovação, não se apresentando como um conjunto de teses imutáveis. Para este autor, o fato de tomar a obra de Marx como ponto de partida de investigação não significa que esta deva ser tomada como uma doutrina acabada.⁹⁴

Assim afirma Nobre:

“A tarefa primordial da Teoria Crítica desde sua primeira formulação na obra de Marx é a de compreender a natureza do mercado capitalista. Compreender como se estrutura o mercado e de que maneira o conjunto da sociedade se organiza a partir dessa estrutura significa, simultaneamente, compreender como se distribui o poder político e a riqueza, qual a forma do Estado, que papéis desempenham a família, a religião, e muitas outras coisas mais.”⁹⁵

Já Göran Therborn tem o seguinte entendimento:

“A teoria crítica é, em primeiro lugar, uma tomada de posição e somente depois é uma teoria específica. A sua oposição ao conceito tradicional de teoria é radical e surge não tanto de uma diferença de objetos, mas de sujeitos. Para aqueles que compartilham deste posicionamento, os fatos, que emergem do trabalho na sociedade, não assumem o mesmo relevo externo que têm para o acadêmico ou para os outros profissionais que pensam todos como pequenos acadêmicos. O teórico crítico é aquele teórico cuja única preocupação está em um desenvolvimento que conduza a uma sociedade sem exploração.”⁹⁶

⁹³ WOLKMER, 2006, p. 6

⁹⁴ Idem.

⁹⁵ NOBRE, 2008, p. 25.

⁹⁶ THERBORN, 2003, p. 11.

Dentre os diversos temas que sempre estiveram presentes no conteúdo programático da Escola de Frankfurt, podemos elencar: a *dialética da razão iluminista e a crítica da ciência*, a *dupla face da cultura e a discussão da indústria cultural*, e a *questão do Estado e suas formas de legitimação na moderna sociedade de consumo*.⁹⁷

No entendimento de Barbara Freitag, este procedimento analítico – através destas principais categorias – ajuda a distinguir de maneira mais eficaz as dimensões do real, possibilitando uma melhor compreensão da sociedade analisada.⁹⁸

Sobre a dialética da razão e a crítica da ciência, Freitag nos explica que no ideal do Iluminismo a razão era concebida como processo de emancipação que conduziria, necessariamente, à autonomia e à autodeterminação. Em *Dialética do Esclarecimento*, Horkheimer e Adorno nos mostram que a dialética da razão, tal como concebida pelo Iluminismo, transformou-se em um verdadeiro instrumento de dominação e repressão do homem onde “técnica e ciência moderna que mantêm com seu objeto uma relação ditatorial.”⁹⁹

O que hoje se manifesta na ciência não é mais aquela razão emancipatória defendida pelos autores iluministas, mas sim uma razão instrumental. Temos em Horkheimer a denúncia do caráter alienado da ciência e da técnica positivista, que acabam gerando a razão instrumental. Adorno e Horkheimer nos mostram que a razão que se converte de um caráter emancipador para um caráter alienado, transformando-se em razão instrumental que domina incondicionalmente os homens.¹⁰⁰

Freitag afirma que o tema do *movimento dialético da razão* acompanhou os 50 anos de produção dos autores da Escola e permanece hodierno entre as novas gerações de críticos pelo mundo.

A autora divide o debate dos frankfurtianos acerca da razão em três momentos: inicialmente, com a contraposição entre teoria tradicional e teoria crítica trazida por Horkheimer (pensamento cartesiano e pensamento marxista), seguido pelo debate entre Popper e Adorno acerca do positivismo e da dialética, terminando com o debate de

⁹⁷ FREITAG, 1986, p. 32.

⁹⁸ FREITAG, 1986, p. 33.

⁹⁹ FREITAG, 1986, p. 35.

¹⁰⁰ Ibidem.

Habermas e Luhmann, na obra *Teoria da Sociedade ou Tecnologia Social*, na qual contrapõem razão sistêmica e razão comunicativa.¹⁰¹

Neste trabalho, optamos por abordar apenas o debate acerca da teoria tradicional e teoria crítica, que consideramos essencial para entender a importante contribuição dos intelectuais de Frankfurt à formulação de uma Teoria Crítica.

Nesse sentido, para a melhor compreensão de uma das principais bases do conteúdo programático da Escola de Frankfurt, necessária se faz a análise de do ensaio *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, de Horkheimer, publicado em 1937 e considerado um dos mais importantes textos que fundamentam a Teoria Crítica. Inclusive, é neste texto de Horkheimer que aparecerá, pela primeira vez entre os intelectuais do Instituto de Pesquisa Social, a expressão *teoria crítica*.

Sobre o termo teoria crítica, assim nos fala Göran Therborn:

“A expressão ‘teoria crítica’ não aparece nos primeiros números da revista do Instituto, *Zeitschrift für Sozialforschung*. Ao contrário, é usado o termo ‘materialismo’. [...] Adorno esclareceu, trinta anos depois, que ‘a expressão de Horkheimer ‘teoria crítica’ não era uma tentativa de tornar aceitável o materialismo, mas de levá-lo a uma autoconsciência teórica’, e isto é plausível porque a substituição de materialismo histórico por uma expressão mais vaga é acompanhada por uma notável radicalização da posição de Horkheimer. Na realidade, a teoria crítica não é outra coisa senão a concepção de Horkheimer sobre o marxismo e a expressão deriva da concepção convencional do próprio materialismo como crítica da economia política.”¹⁰²

Para Max Horkheimer, em seus escritos da década de 1930, “produz teoria crítica todo aquele que desenvolve seu trabalho teórico a partir da obra de Marx”.¹⁰³ Temos, portanto, a partir dessa conceituação, uma ideia de Teórica Crítica intimamente ligada ao marxismo. Mas Horkheimer vai além e apresenta sua própria interpretação do pensamento de Marx e tenta utilizar os “parâmetros interpretativos do marxismo para analisar o momento histórico em que se encontra”¹⁰⁴.

De acordo com Marcos Nobre, Horkheimer, desta forma, apresenta seu conceito de Teoria Crítica. Desta maneira,

¹⁰¹ Idem, p. 35-36.

¹⁰² THERBORN, 2003, p. 10.

¹⁰³ NOBRE, 2008, p. 22.

¹⁰⁴ Ibidem.

“cada interpretação dos princípios orientadores do campo da Teoria Crítica e cada tentativa de se utilizar deles para a compreensão do momento presente a partir dos escritos de Horkheimer da década de 1930 constitui-se em Teoria Crítica em sentido restrito.”¹⁰⁵

Para Horkheimer, é impossível pensar uma prática teórica e filosófica desprendida da reflexão baseada em juízos existenciais comprometidos com a liberdade e a autonomia do homem. Nessa linha, Freitag afirma que, a partir desta constatação, Horkheimer tematiza pela primeira vez o conflito entre dialética e positivismo, contrapondo a teoria tradicional (filosofia de Descartes) com a teoria crítica (pensamento de Marx).¹⁰⁶

Na interpretação de Horkheimer, a teoria tradicional possui um caráter sistêmico e conservador. Ela está preocupada em formular conceitos universais para a ciência e a filosofia modernas, onde tanto as manifestações da natureza quanto as da sociedade podem ser subsumidas nas sentenças gerais. Na teoria tradicional, os fatos são apenas casos singulares, exemplos concretos do conceito ou da lei geral.¹⁰⁷

De outro lado, Horkheimer nos apresenta a teoria crítica como aquela que possui uma dimensão humanística e emancipatória, que “consegue captar a dimensão histórica dos fenômenos, dos indivíduos e da sociedade”. Para este pensador frankfurtiano, a teoria crítica não se contenta em relacionar um determinado fato com conceitos previamente estabelecidos.¹⁰⁸

Na interpretação de Barbara Freitag:

“A teoria crítica procura integrar um dado novo no corpo teórico já elaborado, relacionando-o sempre com o conhecimento que já se tem do homem e da natureza naquele momento histórico.”¹⁰⁹

De acordo com Mascaro:

“Na obra dos autores mais centrais da Escola de Frankfurt, como Adorno e em especial Horkheimer, a razão crítica é, em primeiro lugar, uma forma de ver o mundo lastrado pelo pensamento marxista. É Marx quem

¹⁰⁵ Idem, p. 23.

¹⁰⁶ FREITAG, 1986, p. 37.

¹⁰⁷ FREITAG, 1986, p. 38.

¹⁰⁸ Ibidem

¹⁰⁹ Idem, p. 39.

permite observar a sociedade capitalista, a economia política, por meio de um viés crítico. A contaminação de todas as esferas sociais contemporâneas pela lógica da mercadoria só é compreendida a partir do movimento do capital, explicado por Marx. A razão crítica não se limita ao mesmo âmbito do mundo parcial, fechado, fragmentado, que é típico da razão instrumental. O princípio da crítica é a totalidade, na medida da compreensão dos fenômenos sociais não como dados brutos isolados, mas com interação dinâmica, dialética, que se constrói historicamente e na história se resolve.”¹¹⁰

Alysson Mascaro entende que “a razão crítica é mais ampla que os postulados da razão instrumental”¹¹¹, vez que ela não esgota sua análise no fato analisado, com uma explicação fragmentada e limitada.

No ensaio *Teoria Tradicional e Teoria Crítica*, de 1937, é possível ver o pensamento de Horkheimer extremamente próximo ao de Marx. Entretanto, tal proximidade de ideias vai se tornando cada vez mais distante, e isso se deve a dois eventos históricos vivenciados por Horkheimer: o apogeu do nazismo na Alemanha e a experiência socialista no Leste Europeu.¹¹²

De acordo com Freitag, para Horkheimer tais experiências:

“representaram regimes totalitários que privilegiaram a razão instrumental em detrimento da razão emancipatória, tolhendo a liberdade individual em nome do bem geral.”¹¹³

Para Göran Therborn:

“a teoria crítica representava para Horkheimer a crítica imanente da própria sociedade existente. A teoria faz emergir a contradição fundamental da sociedade capitalista, colocando-se fora dos mecanismos de reprodução e dos limites da divisão do trabalho prevalecente.”¹¹⁴

Num artigo intitulado *A Teoria Crítica, Ontem e Hoje*, escrito em 1970, Horkheimer faz uma revisão daquilo que chama de três grandes equívocos da teoria marxista: a proletarianização da classe operária não levou à revolução, tal como esperado pelos marxistas, muito embora fosse nítido o aumento da degradação das condições de

¹¹⁰ MASCARO, 2010, p. 510.

¹¹¹ Ibidem.

¹¹² FREITAG, 1986, p. 41.

¹¹³ Ibidem.

¹¹⁴ THERBORN, 2003, p. 11.

reprodução da vida dos trabalhadores. O capitalismo, através do acúmulo de riquezas, teria logrado êxito na conciliação dos conflitos de classe. Além disso, teria caído por terra a tese das crises cíclicas do capitalismo.¹¹⁵

Mas, apesar dessa renúncia às teses centrais do materialismo histórico, afirma Freitag que:

“Horkheimer sustenta a necessidade da sobrevivência da teoria crítica. Ela deve visar, como no início, o futuro de uma humanidade emancipada. Por isso também continuam válidas as considerações dos anos 30 em torno da necessidade e dos fins da razão.”¹¹⁶

Para Barbara Freitag, essa noção de teoria crítica que permanece na obra de Horkheimer preserva a essência do ideal iluminista de utilizar a razão como um instrumento libertação e autodeterminação do homem:

“Como se pode ver, o objeto da teoria tradicional e o da teoria crítica não podem coincidir. Enquanto para a primeira o objeto representa um dado externo ao sujeito, a teoria crítica sugere uma relação orgânica entre sujeito e objeto: o sujeito do conhecimento é um sujeito histórico que se encontra inserido em um processo igualmente histórico que o condiciona e o molda. Enquanto o teórico ‘crítico’ sabe dessa condição, o teórico ‘tradicional’, concebendo-se fora da dinâmica histórica e social, tem uma percepção distorcida de sua atividade científica e de sua função. [...] Enquanto esse último [o teórico tradicional] se resigna ao imobilismo e ao quietismo, justificando-o com a ideologia da neutralidade valorativa, o teórico não tradicional assume sua condição de analista e crítico da situação, procurando colaborar na intervenção e no redirecionamento do processo histórico em favor da emancipação dos homens em uma ordem social justa e igualitária.”¹¹⁷

Em sua crítica ao texto *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* de 1937, de Horkheimer, Göran Therborn assim conclui:

“Horkheimer afirma que o marxismo, ou melhor, a teoria crítica constitui um tipo completamente novo de teoria; mas, num exame mais atento, torna-se claro que a fratura radical não é com a filosofia clássica, da qual pretende ser herdeira, mas muito mais com a ciência. Além do mais, ela não se propõe a substituir a ciência existente por uma nova ciência, ou melhor, recusa-se descer à arena científica, somente denunciando a ciência de fora, do campo da filosofia. O resultado paradoxal está no fato de que é conservada a ciência burguesa e a única mudança é representada por um sinal filosófico (ou diretamente ético) negativo diante de suas

¹¹⁵ FREITAG, 1986, p. 40.

¹¹⁶ Idem, p. 41.

¹¹⁷ FREITAG, 1986, p. 41-42.

categorias. Do mesmo modo, a “teoria crítica” associa-se à luta da classe oprimida contra o domínio da classe capitalista, mas é incapaz de colocar seu empenho na arena política. Ela permanece de fora, denunciando a política da burguesa a partir da esfera filosófica. A teoria crítica de Horkheimer comporta assim uma dupla redução da ciência e da política à filosofia.”¹¹⁸

Ao debruçar-se sobre o mesmo ensaio de 1937, Marcos Nobre apresenta o que chama de dois princípios fundamentais da Teoria Crítica, elaborados por Horkheimer, que seria o *princípio da orientação para a emancipação* e o *princípio do comportamento crítico*.

Marcos Nobre nos lembra de que possibilidade concreta da emancipação não é obra da teoria que a apresenta como possível, mas sim de uma *práxis transformadora* que a torna real. Em seus dizeres, “a Teoria Crítica só se confirma na prática transformadora das relações sociais vigentes.”¹¹⁹

Todavia, este mesmo autor nos alerta de que isso não significa privilegiar a prática em detrimento da teoria:

“Pelo contrário, o delineamento de tendências do desenvolvimento histórico ganha uma extraordinária importância: tanto com relação ao diagnóstico do tempo presente a partir da lógica do capital – lógica que é estruturante do conjunto da sociedade capitalista – como com relação aos prognósticos que podem ser derivados a partir desse diagnóstico. É com base nas tendências estruturais da lógica social do capitalismo e no exame dos arranjos históricos concretos em que essa lógica se expressa – com base no diagnóstico do presente, portanto – que se desenham as perspectivas do sentido do desenvolvimento histórico – os prognósticos em suma – que orientam o sentido das ações transformadoras por empreender.”¹²⁰

A Teoria Crítica não pode se limitar à descrição de como as coisas são e funcionam, cabe a ela analisar o funcionamento das coisas à luz da emancipação do homem:

“É a própria perspectiva da emancipação que torna possível a teoria, pois é ela que abre pela primeira vez o caminho para a efetiva compreensão das relações sociais. [...] **A orientação para a emancipação é o primeiro princípio fundamental da Teoria Crítica**”¹²¹ (Grifo nosso)

¹¹⁸ THERBORN, 2003, p. 15.

¹¹⁹ NOBRE, 2008, p. 31.

¹²⁰ NOBRE, 2008, p. 31-32.

¹²¹ Idem, p. 32.

E continua Nobre:

“a orientação para a emancipação exige que a teoria seja expressão de um comportamento crítico relativamente ao conhecimento produzido sob condições sociais capitalistas e à própria realidade social que esse conhecimento pretende apreender. **Esse comportamento crítico é o segundo princípio fundamental da Teoria Crítica.**”¹²² (Grifo nosso)

Para Nobre, são estes dois princípios advindos da obra de Marx que caracterizam o campo da teoria crítica. Além disso, o autor nos fala que são estes dois princípios fundamentais que delimitam negativamente o campo crítico, uma vez que afastam os teóricos que “constroem modelos abstratos de sociedades perfeitas (e que nessa vertente intelectual são chamados de utópicos ou normativistas)”, assim como os teóricos que “pretendem reduzir a tarefa da teoria a uma descrição neutra do funcionamento da sociedade”. Estes últimos seriam os positivistas.¹²³

O *princípio da orientação para a emancipação* e o *princípio do comportamento crítico* nos mostram que é possível colocar o norte de uma sociedade emancipada inscrita em nossa atual forma de organização social como uma orientação de desenvolvimento.

Nesse sentido, a tarefa da teoria é o exame do estado de coisas não para simplesmente descrevê-lo, mas, sobretudo, para identificar e analisar quais são os obstáculos que impedem a evolução para uma sociedade emancipada, bem como quais são as potencialidades que se colocam presentes em nosso momento histórico.¹²⁴

2.3 A crítica no direito

Em nossos tempos, é lugar comum entre juristas da esquerda à direita, como já mencionado neste trabalho monográfico, que o direito enquanto promitente de paz, segurança, justiça, etc., está em crise, vez que não consegue cumprir com sua promessa. Entretanto, este mesmo direito é encarado por estes mesmos juristas como uma vaca

¹²² Idem, p. 33.

¹²³ Ibidem

¹²⁴ NOBRE, 2008, p. 34.

sagrada, como o estágio evolutivo final e perfeitamente acabado da humanidade. Como bem sabemos, tanta devoção existe apenas porque o *nosso* direito, o direito positivo, é eficaz na sua tarefa manter como legal, justa e necessária a exploração que move o modo de produção capitalista.

Isso tudo resta cristalino. Mas não podemos cair na ingenuidade de que a mera denúncia deste cenário é o papel que nos cabe. O primeiro passo é sim uma crítica do direito teoricamente bem fundada e ácida no seu ataque. Ir além, todavia, é o passo seguinte. E esse *além* significa que nos cabe apresentar alternativas ao direito que está colocado e, unindo prática e teoria, construir uma teoria do direito não alienante. Cabe-nos transformar o direito de vaca sagrada à vaca profana.

A partir a conclusão de que o direito é um sistema científico portador e legitimador da ideologia dominante numa determinada ordem social, necessário ultrapassar a mera constatação deste fato e superar a ideia anacrônica de que o direito positivo encerra em si mesmo as discussões e possibilidade.

Como já demonstrado, a ciência do direito não abdica de sua cientificidade quando assume o conteúdo ideológico do seu objeto e instaura os problemas do fenômeno jurídico. Nas palavras de Luiz Fernando Coelho, trata-se de colocar uma teoria *impura* do direito, “no sentido de que se fundamenta em pressuposto ontológico oposto ao do purismo metodológico de Kelsen.”¹²⁵

Segundo Dimitri Dimoulis, em suas considerações acerca da crítica ao direito, é necessário ter sempre em mente a função ideológica do direito e a função econômica que o direito tem. Assim nos fala o jurista grego:

“Já que o direito surge de opções políticas e sua aplicação influencia as lutas políticas, é necessário superar os limites da dogmática jurídica e desenvolver uma visão ampla e crítica dos problemas jurídicos. Isso pressupõe estudar as relações do direito com a realidade social e preocupar-se com as consequências da aplicação do direito”.¹²⁶

E continua:

¹²⁵ COELHO, 1991, p. 18.

¹²⁶ DIMOULIS, 2010, p. 263.

“O estudioso e operador do direito não podem se satisfazer com uma explicação técnica, esquecendo a função ideológica do direito. Devem analisar os interesses a que o direito serve e, ao mesmo tempo, encobre, quando, por exemplo, permite aos bancos cobrar juros que se fossem cobrados por uma pessoa física acarretariam sua condenação por crime de usura. [...] Devemos deixar de nos apresentar como técnicos, como cientistas ou ‘servidores da justiça’. Em uma sociedade dividida em classes e repleta de violência, o operador do direito deve ser consciente do papel do direito e, dessa forma, de seu próprio papel. Em um momento de autocritica devemos nos perguntar se não colaboramos na imposição da ‘lei dos mais fortes’ e, por meio disso, na perpetuação das desigualdades e dos círculos de violência que matem a exclusão social (e jurídica)”.¹²⁷

Agostinho Ramalho Marques Neto considera que o verdadeiro cientista do Direito é aquele que consegue encarar criticamente o Direito, observando neste uma verdadeira *problemática jurídica*. Diz o autor que ao verdadeiro cientista jurídico cabe colocar os porquês/como/quando às leis.¹²⁸

Wolkmer acredita ser possível conceituar uma *teoria jurídica crítica*, muito embora reconheça as mais variadas correntes e propostas metodológicas dentro deste movimento. Para ele, pode-se dizer que teoria jurídica crítica é uma

“formulação teórico-prática que se revela sob a forma do exercício reflexivo capaz de questionar e de romper com o que está disciplinarmente ordenado e oficialmente consagrado (no conhecimento, no discurso e no comportamento) em dada formação social e a **possibilidade de conceber e operacionalizar outras formas diferenciadas, não repressivas e emancipadoras, de prática jurídica.**”¹²⁹ (Grifo nosso)

Ainda de acordo com o que Wolkmer nos apresenta, não há como conceber *uma* ou *a teoria crítica do direito*, geral e unitária, dado à existência das mais variadas correntes sociológicas e filosóficas que trabalham com a crítica ao direito. Essa expressão, segundo ele é imprecisa e equivocada. Há, em verdade, um grande movimento do pensamento crítico que tem crescido nas últimas décadas principalmente na América Latina.¹³⁰

¹²⁷ DIMOULIS, 2010, p. 264.

¹²⁸ MARQUES NETO, 2001, p. 200.

¹²⁹ WOLKMER, 2006, p. 19.

¹³⁰ Idem, p. 31.

Na contribuição que estas páginas pretendem dar, acreditamos ser aqui necessário apresentar em linhas gerais o que é a crítica do direito ou, na interpretação de Wolkmer, este movimento de crítica do direito, bem como mostrar se há ou pode haver uma teoria crítica do direito. Esta é a nossa antessala para adentrarmos na obra de Oscar Correias e compreender sua contribuição à crítica do direito.

CAPÍTULO 3

A CRÍTICA DO DIREITO NA OBRA DE OSCAR CORREAS

Nascido em 1943, na cidade argentina de Córdoba, Oscar Correas Vazquez graduou-se em Direito na Universidade Católica de Córdoba em 1973, quando foi obrigado a exilar-se no México em 1976, em razão do golpe militar na Argentina que instituiu a Aliança Argentina Anticomunista.

Foi no México que Correas trilhou sua carreira como jurista e desenvolveu sua obra, principalmente sua produção sobre crítica jurídica, tendo elaborado um estudo e uma compreensão do direito “enquanto esfera superestrutural correspondente às relações sociais de produção de um dado modo de produção”¹³¹

Antonio Carlos Wolkmer classifica Correas como um dos principais teóricos da crítica do direito no México e lembra que o núcleo de juristas por ele coordenado tornou-se, a partir do final dos anos de 1980, um dos mais influentes no pensamento jurídico de esquerda na América Latina. Foi a revista científica *Crítica Jurídica*, tendo, principalmente durante os anos de 1990, o nome de Oscar Correas como seu principal expoente, que contribuiu para a difusão do pensamento jurídico crítico por toda a América Latina, influenciando as mais variadas correntes do movimento de crítica jurídica.¹³²

Correas entende que há várias formas de empreender um trabalho de crítica jurídica. Esta pode figurar como uma crítica do discurso jurídico (da ideologia do direito), bem como pode ser uma crítica da ciência do direito, ou ainda assumir a forma de crítica do direito do ponto de vista interno e crítica do direito do ponto de vista externo.¹³³

Entende *crítica* como análise de alguma coisa. Para tanto, cita o exemplo da *Teoria Pura do Direito* de Hans Kelsen¹³⁴. Para Correas, esta análise de Kelsen nos mostra

¹³¹ FERREIRA, 2011, p. 31.

¹³² WOLKMER, 2006, p. 67-68.

¹³³ CORREAS, 2002, p. 86

¹³⁴ Importante lembrar que Correas tem uma visão bastante singular da obra de Hans Kelsen, saindo em sua defesa. No livro *Kelsen y los marxistas*, Correas explora a obra de Kelsen com o intuito de mostrar que o jurista austríaco muito tem a contribuir ao marxismo com sua teoria pura do direito. Como este trabalho objetiva apresentar um panorama da obra de Correas no que toca à crítica do direito, julgamos por bem não adentrar na visão que nosso autor tem de Kelsen, pois este debate foge de nossa proposta inicial.

o direito “como produto da vontade do poder, como técnica de controle e domínio sobre os homens, e como um discurso que tanto oculta quanto mostra”. Há na análise kelseniana uma espécie de *inconformidade*, uma crítica. Tal análise é diferente daquela que se opera na obra *Crítica da Razão Pura*, de Kant, onde há tão somente uma análise pormenorizada de como de procede a razão, sem o elemento de inconformidade que há na *Teoria Pura do Direito*.¹³⁵

Tomando Marx como seu principal ponto de partida, é na obra *A Crítica da Economia Política* que Correias encontrará o exemplo de crítica por excelência. Nesta obra há uma crítica à ciência denominada Economia Política à partir de um ponto de vista, o da classe trabalhadora. Aqui crítica significa a análise dos resultados desta ciência, classificada por Correias como burguesa. No seu entender, Marx a denominava ciência burguesa porque

“apesar das descobertas de Smith e Ricardo, esta ciência ainda estava envolta em seu papel burguês, pois continuava escondendo fenômenos que não se atrevia a penetrar, porque se o fazia, colocava descoberta a exploração na qual se baseia o Capitalismo”.¹³⁶

É a acepção de crítica utilizada por Marx que norteia toda a obra de Oscar Correias. No entanto, admite o jurista argentino que a palavra crítica também pode ser utilizada por juristas que militam em movimentos de crítica do direito sem se vincularem ao pensamento marxista ou que não se dedicam à uma pesquisa no campo teórico, como, por exemplo, aqueles que advogam em defesa de direitos humanos.¹³⁷

Correias parte de uma investigação do ordenamento jurídico positivo para encontrar o caráter ideológico do direito, desmistificando, assim, o seu discurso. Aqui identifica dois sentidos no discurso jurídico, o deontico e o ideológico.¹³⁸

A proposta metodológica de Correias para crítica do direito pode ser dividida, como propõe Éder Ferreira, em quatro momentos. O primeiro seria a descrição do modelo socioeconômico, para compreender como se operam as relações sociais no modo de produção capitalista. Neste momento de sua obra, Correias investiga como a forma

¹³⁵ CORREAS, 1990, p. 35-36.

¹³⁶ Idem, p. 37.

¹³⁷ CORREAS, 1995, p. 138.

¹³⁸ FERREIRA, 2011, p. 32.

mercadoria se universaliza dentro do capitalismo, dando especial atenção à redução da força de trabalho à categoria mercantil. Aqui identificamos claramente a obra de Marx como o referencial teórico utilizado por Oscar Correias como ponto de partida, haja vista que o jurista argentino tomará como certas as duas características basilares do capitalismo: propriedade privada dos meios de produção e divisão social do trabalho.¹³⁹

O segundo momento da obra dirá que há um modelo normativo correspondente ao modo de produção capitalista, onde são impostas pelo Estado todas as condutas necessárias para a manutenção da força de trabalho como mercadoria e são positivadas todas as condutas necessárias à manutenção e reprodução do capitalismo.¹⁴⁰

Já o terceiro momento da obra de Oscar Correias centrará esforços para verificar a compatibilidade entre um modelo normativo de um determinado modo de produção e as condutas positivadas por um Estado em particular. No quarto e último momento da teoria, o autor trabalha com a identificação da ideologia do discurso do direito, centralizando suas atenções naquilo que a norma jurídica oculta e torna como mito para garantir a preservação do modo de produção capitalista.¹⁴¹

3.1 A crítica do Direito a partir do ponto de vista interno

De acordo com Oscar Correias há uma diferença entre a crítica que realiza um jurista que está operando no interior do sistema jurídico e a crítica que se instala num espaço teórico exterior ao sistema jurídico. A defesa dos direitos humanos, por exemplo, é uma crítica jurídica a partir do ponto de vista interno. O mesmo acontece com o chamado *uso alternativo do direito*, considera por Correias uma *atividade política*. O uso alternativo do direito pode ser visto como crítica jurídica do ponto de vista interno, pois este uso alternativo é sempre uma atividade tendente a conseguir a aplicação ou interpretação de normas dessa ou daquela maneira.¹⁴²

A crítica do ponto de vista interno, diz Correias, enquadra-se naquilo que Kelsen chama de *Política do Direito*, que é diferente da Ciência do Direito, pois “a Política

¹³⁹ FERREIRA, 2011, p. 32.

¹⁴⁰ Ibidem.

¹⁴¹ Ibidem.

¹⁴² CORREAS, 1995, p. 139.

do Direito é uma atividade política tendente a alcançar a produção, aplicação ou derrogação de normas”, não havendo uma atuação no campo teórico.¹⁴³

Correas ressalta que, muito embora seja a Política Jurídica uma *prática*, ela não deixa de instalar-se no campo da *linguagem*, sendo, portanto, um discurso. “A luta pela alteração do sistema jurídico não pode ser outra coisa que um discurso acerca de outro discurso”.¹⁴⁴

Aqui Correas pergunta: O que converte em crítica uma política jurídica? Começa dizendo que a resposta não pode se basear na ideia de que a crítica jurídica tem por objeto a transformação social. Para ele, toda a ação política tem esse objetivo:

“Toda política do direito tem por objetivo alterar o sistema jurídico, supondo que este seja um conjunto de normas válidas, com a produção de cada sentença ou resolução administrativa se ‘altera’ o sistema, mas ninguém se atreveria a chamar Política do Direito de sentido crítico, uma atividade tendente, por exemplo, a aumentar as penas previstas no Código Penal.”¹⁴⁵

O que torna uma Política do Direito em atividade pertencente à Crítica Jurídica não é nenhum ingrediente científico, mas sim um *elemento ético*. Trata-se, portanto, Segundo Correas, de rechaçar o atual sistema social latino-americano. Trata-se, continua ele, de transformar nossas sociedades de tal maneira que possibilite a *redistribuição das riquezas*, uma vez que “a crítica jurídica está irremediavelmente ligada a pensamento socialista latino-americano”. Para Correas, a redistribuição da riqueza é o objetivo de qualquer atividade crítica do direito – dentro, é claro, da acepção que ele dá à palavra *crítica*. Diz ele que é impossível falar-se em crítica do direito desvincilhada do pensamento socialista/marxista.

Tendo o socialismo como horizonte, a Crítica do Direito se separa diametralmente do pensamento liberal, muito embora este possa ser defensor da democracia e empenhar o melhor do seu pensamento com vistas a *criticar* as formas jurídicas antidemocráticas ou até mesmo reconhecer o Estado como dominador do homem

¹⁴³ Ibidem.

¹⁴⁴ Idem, p. 140.

¹⁴⁵ Idem, p. 141.

pelo homem. Fala Correias que aqui se enquadram, ao lado dos liberais, os chamados marxistas analíticos.

Para Oscar Correias, portanto, o que separa uma Política Jurídica qualquer de uma com corte crítico é a redistribuição de riqueza.

3.1.1 Uso alternativo do direito

O uso alternativo do direito é uma Política Jurídica de corte crítico, num trabalho de crítica do direito a partir do ponto de vista interno. Muito embora seja o Direito um discurso gerado pelo grupo que detém o poder a favor de seus interesses, pode o Direito ainda ser utilizado de modo a defender-se do dominador.¹⁴⁶

Para Correias, o direito não é simplesmente um instrumento de dominação de classe, uma parte integrante da superestrutura que seria simples mudada logo após a mudança infraestrutural da sociedade. Para o autor, as normas jurídicas são um *campo de confronto*, não o resultado final de uma luta.¹⁴⁷

Diz Correias que do mesmo modo como não faltaram juristas para integrarem as cortes de “justiça” nas ditaduras militares, não faltaram aos sindicatos combativos e aos presos políticos advogados militantes. Aqui é necessário não confundir o uso alternativo do direito com qualquer uso do direito. Este uso será uma Política Jurídica de viés crítico ao passo que contesta o poder dominante (aquele que produz o Direito) e possui um ingrediente ético. Correias alerta para o fato de que nem todos os juristas que utilizam o Direito de modo alternativo são juristas críticos, pois não faltaram às ditaduras militares advogados liberais defensores de direitos humanos que tenham se apresentado em quartéis para evitar torturas.

Assim diz Correias:

“El uso alternativo del derecho es una auténtica Política del Derecho, puesto que, usando el orden jurídico, se pretende, siempre, la producción de ciertas normas, principalmente sentencias y resoluciones administrativas favorables a los intereses de los defendidos. Y, tratándose, como se trata, siempre que hablamos de uso ‘alternativo’, de la defensa de ciudadanos o grupos sociales desfavorecidos en el reparto

¹⁴⁶ CORREAS, 2002, p. 90.

¹⁴⁷ Ibidem.

de la riqueza, constituye una Política del Derecho integrante de la Crítica Jurídica, entendida en este caso como crítica del derecho desde el punto de vista interno.”¹⁴⁸

Entretanto, alerta Correias, que, tratando-se de uma prática que requer a produção de normas que não infrinjam o sistema jurídico posto, pode parecer que não é necessariamente uma crítica, vez que usa o direito posto. E é realmente isso que acontece, diferenciando-se essa prática da Política do Direito que tende a obter a produção de normas gerais. Mesmo assim, diz o autor, é uma crítica jurídica. Diz ele que basta ver a cara de um policial quando um advogado vai reivindicar um direito líquido e certo de um trabalhador: terá o advogado que fazer uma ampla e exaustiva alegação que, por sua vez, consistirá numa verdadeira crítica jurídica.

3.2 A crítica jurídica do ponto de vista externo

De acordo com Correias, a crítica jurídica a partir de um ponto de vista externo é o de quem se dedica ao estudo das normas jurídicas sem aceitar a necessidade do direito ou daquele direito que se está investigando. O ponto de vista interno, como já mencionado, é o de quem usa o Direito. Um estudo do ponto de vista externo é o que realiza quem não se dispõe a ser um advogado ou um juiz, no exemplo dado por Correias.¹⁴⁹

Nesse sentido, assim fala Oscar Correias:

“O objetivo desta crítica é a crítica da específica maneira de exercer o poder através destes discursos [os discursos do direito], da técnica que permite tornar o homem contemporâneo um objeto do poder daqueles que são os beneficiários da organização social contemporânea, ou seja, da específica maneira de repartir a riqueza nesta sociedade.”¹⁵⁰

¹⁴⁸ “O uso alternativo do direito é uma autêntica Política do Direito, posto que, utilizando o ordenamento jurídico, se pretende, sempre, a produção de certas normas, principalmente sentenças e resoluções administrativas favoráveis aos interesses dos defendidos. E, tratando-se, como se trata, sempre que falamos de uso ‘alternativo’, da defesa de cidadãos ou grupos sociais desfavorecidos na divisão da riqueza, constitui uma autêntica Política do Direito integrante da Crítica Jurídica entendida neste caso como crítica do Direito do ponto de vista interno.” (CORREAS, 2002, p. 91)

¹⁴⁹ Idem, p. 92.

¹⁵⁰ CORREAS, 1995, p. 140.

Para distinguir a crítica jurídica dentre as atividades possíveis do ponto de vista externo é necessário fazer uma distinção entre um estudo do sentido *deontológico* e outro de sentido *ideológico* do direito.

O primeiro – um estudo do sentido *deontológico* do Direito – preocupa-se em descrever as condutas que a norma jurídica modaliza:

“El derecho describe conductas que son modalizadas por los operadores deónticos (prohibido, permitido, obligatorio). Pero hace más que eso; también transmite una gran cantidad de información, también subrepticamente modalizada, sobre conductas que deben producirse.”¹⁵¹

Todavia, segundo Correias, a mera descrição das normas jurídicas não constitui uma crítica na acepção por ele dada à palavra. O que pode levar esta qualificação é a *Crítica da Ciência do Direito* que fazem alguns juristas. A diferença entre Ciência do Direito e Política Jurídica é que a primeira ocupa-se com o estudo/descrição das normas, enquanto a segunda é uma atividade da ordem das prescrições, tendo por objeto a transformação social e do sistema jurídico vigente.¹⁵²

Segundo esta diferença, nos diz Correias:

“Esta diferencia debe ser mantenida, no porque creamos posible practicar una Ciencia Jurídica que no tenga objetivos políticos, sino precisamente porque exigirle la apoliticidad a quienes dicen que la Ciencia Jurídica no tiene objetivos políticos, constituye la mejor manera de demostrar que eso no es ciertom y que esas pretensiones cientificistas no pasan de una apología descarada del derecho y el estado tal cual como son aquí y ahora. Nunca hubo um jurista que practicara esa ciência supostamente ‘apolítica’.”¹⁵³

Já o sentido *ideológico* é tudo aquilo que, nas palavras de Oscar Correias, é colocado *a mais* na linguagem jurídica, que não é a exata conduta expressa na norma.

¹⁵¹ “O Direito descreve condutas que são moldadas pelos operadores deontológicos (proibido, permitido, obrigatório). Mas faz mais que isso, também transmite uma grande quantidade de informação, também subrepticamente moldada, sobre condutas que devem produzir-se.” (CORREAS, 2002, p. 92.)

¹⁵² Idem, p. 93.

¹⁵³ “Esta diferença deve ser mantida, não porque podemos praticar uma ciência jurídica que não tenha objetivos políticos, senão precisamente porque lhe exigir essa apoliticidade daqueles que dizem que a Ciência Jurídica não tem objetivos políticos constitui a melhor maneira de demonstrar que isso não está certo e que esta pretensa cientificidade não passa de uma apologia descarada do Direito e do Estado tal qual são como aqui e agora. Nunca houve um jurista que praticou essa ciência supostamente ‘apolítica’”. (Ibidem).

Para explicar, Correias traz um exemplo: uma norma que diz que o empregador está obrigado a pagar a quantidade X pelo trabalho do seu empregado. Somente por utilizarmos aqui uma acepção da palavra *empregador* e a ideia de que se paga pelo trabalho e não pelo uso da força de trabalho do empregado, esta norma transmite uma mensagem que o jurista não-crítico ignora/desconhece, além disso, o trabalho deste jurista consiste exatamente em livrar as normas jurídicas desses acompanhamentos ideológicos e descrevê-las “cientificamente” sem eles.¹⁵⁴

Para Correias, a crítica do direito e dos discursos jurídicos a partir de um ponto de vista externo é a tarefa mais importante da Crítica Jurídica. É este tipo de crítica que mostrará como o poder é exercido através do discurso ideológico do direito, que, por sua vez, possui uma técnica que permite tornar o homem contemporâneo um objeto do poder daqueles que são os beneficiários da sociedade capitalista.¹⁵⁵

3.3 Crítica da ideologia do direito

Como observamos, Oscar Correias é categórico ao afirmar que nunca houve e nunca haverá um jurista que coloque em prática uma Ciência do Direito apolítica. Nesse sentido, afirma que a proposta de Hans Kelsen é denunciadora e crítica dessa ciência apolítica que não é mais do que uma apologia do Estado. Para Correias, a *Teoria Pura do Direito* é uma forte crítica a essa pseudociência, ao mesmo passo que esta crítica é igual àquela feita por Marx na Crítica da Economia Política. A diferença entre a crítica de Marx à Economia Política e a de Kelsen à Ciência Jurídica é que a primeira tinha como objeto a ideologia burguesa incrustada naquela, enquanto o objeto da crítica kelseniana é a vontade de poder que está por trás de qualquer produção, interpretação e aplicação de uma norma.¹⁵⁶

Na interpretação de Correias, Marx critica a Economia Política que o antecedeu (Davi Ricardo e Adam Smith), pois esta não teve a coragem de levar às últimas consequências as descobertas feitas, que nada mais seria do que a demonstração de que o capitalismo tem sua base principal na exploração da força de trabalho. Kelsen, por seu

¹⁵⁴ CORREAS, 1990, p. 42.

¹⁵⁵ CORREAS, 1995, p. 140.

¹⁵⁶ CORREAS, 2002, p. 93-94.

turno, faz na *Teoria Pura do Direito* uma crítica à Ciência do Direito porque esta apresenta seus resultados como simplesmente descritivos, sendo que são prescritivos, e por apresentar-se como ciência pura, quando é, em verdade, pura ideologia camuflada de ciência.¹⁵⁷

De acordo com Correias, a função do jurista moderno (objetivo “científico” do Direito) é “limpar” o texto normativo, deixando que ele transmita tão somente aquilo que está expresso na literalidade da norma. Entretanto, a norma jurídica sempre transmitirá mais do que a conduta que nela está prescrita.¹⁵⁸

Nesse sentido, o autor nos apresenta o exemplo do Direito do Trabalho, onde utilizamos expressões como *empregador*, *empregado*, *salário*, *trabalho*. Tais expressões transmitem, juntamente com o sentido deontológico, outras mensagens que ajudam a constituir a ideologia do dominado, constituindo este como o sujeito da norma, mas não um sujeito qualquer: um sujeito especial – empregado – a quem um bondoso homem deu trabalho e paga uma justa quantia pelo *trabalho* que realiza. É isso que constitui o sentido ideológico do Direito. A denúncia desta ideologia que a norma transmite é, segundo Correias, a tarefa mais específica da crítica jurídica.¹⁵⁹

Para ele, esta crítica do sentido ideológico difere daquela praticada por advogados militantes (numa perspectiva de crítica do ponto de vista interno) e por acadêmicos a partir de posições filosóficas acerca de injustiças no conteúdo das normas (a crítica do ponto de vista externo). Difere do ponto de vista interno porque esta crítica se faz considerando as normas como objeto de análise. “Y la diferencia con la crítica ético-política del derecho, consiste en que la crítica del nivel ideológico del derecho, no se realiza en el nivel del discurso de los valores, sino que pretende instalarse en el mismo nivel de los discursos científicos.”¹⁶⁰

A crítica de nível ideológico do direito tenta chegar ao mesmo tipo de demonstrações que tentam chegar as demais ciências sociais nas quais se apoia. Por isso o discurso crítico está instalado no mesmo nível dos discursos científicos. Mas, por estar

¹⁵⁷ CORREAS, 1990, p. 43.

¹⁵⁸ Idem, p. 45.

¹⁵⁹ Idem, p. 46.

¹⁶⁰ “E a diferença com a crítica ético-política do direito, consiste em que a crítica de nível ideológico do direito, não se realiza no nível dos discursos dos valores, mas pretende instalar-se no nível dos discursos científicos.” CORREAS, 2002, p. 97.

neste nível, o discurso crítico enfrenta problemas teóricos de difícil resolução. Para Correas, o problema é aquele de quem chega depois: quem chegou primeiro é o dono do campo do jogo e tem o árbitro e as regras do seu lado. “En este caso, están establecidas las palabras con que se construyen las normas; su significado es el oficial; el sentido transmitido es la verdad.” A ciência do direito não tem que explicar a expressão “empregador”, é o crítico que se vê com a tarefa de desvelar essa expressão.¹⁶¹

A crítica jurídica precisa fundar sua crítica. Para Correas, este é o grande desafio que a Crítica Jurídica tem enfrentado. Para resolver este problema, muitos juristas têm tentando construir uma teoria geral do direito diferente daquela inaugurada por Kelsen. Correas considera isso um erro. Para ele, o campo de trabalho da crítica do sentido ideológico do direito é outro. De acordo com Correas, a Crítica Jurídica pode aceitar sem reparos a visão que Kelsen tem do Estado, onde é possível encontrar a permanente denúncia da arbitrariedade do poder, bem como o caráter de instrumento de dominação que tem o direito.

No entanto, acredita Correas que o principal objeto da Crítica Jurídica está na *eficácia* do discurso normativo:

“Lo que constituye la preocupación fundamental, una vez aceptado y comprendido, que el derecho es una técnica de control social, e la manera cómo, en esta sociedad, la capitalista, el discurso jurídico es eficaz, esto es, cómo efectivamente consigue la dominación de los sectores no favorecidos de la sociedad por parte del grupo en el poder. Esto conduce a dos disciplinas distintas. Por una parte, ésta que estudia el sentido ideológico del derecho, y, por la otra, la Sociología Jurídica, que estudia los efectos de las normas en la conducta de los ciudadanos.”¹⁶²

No entendimento de Oscar Correas, um estudo do sentido ideológico do Direito tropeça na barreira teórica que a posição dominante do discurso da ciência do

¹⁶¹ “Neste caso, já estão estabelecidas as palavras com que se constroem as normas; seu significado é oficial; o sentido transmitido é a verdade.” (Idem, p. 98).

¹⁶² “O que constitui a preocupação fundamental, uma vez aceito e compreendido que o Direito é uma técnica de controle social, é a maneira como, nesta sociedade, a capitalista, o discurso jurídico é eficaz; isto é, como efetivamente consegue a dominação dos setores não favorecidos da sociedade por parte do grupo que está no poder. Isto conduz a duas disciplinas distintas. Por uma parte, esta que estuda o sentido ideológico do direito, e, por outra, a Sociologia Jurídica, que estuda os efeitos das normas na conduta dos cidadãos.” (Idem, p. 99-100).

direito coloca e é tido como oficial: “¿respecto de qué verdad el discurso jurídico formula enunciados que la ocultan?”¹⁶³

Para Correas, aceitar uma verdade fundante do Direito é aceitar, no final das contas, o jusnaturalismo. Aqui surge outro problema: qual teoria social que melhor descreve a sociedade capitalista e quais são os enunciados do direito modernos ocultadores? “La afirmación de que el derecho oculta algo, ocultación que constituye la ideología del dominado, sólo puede ser consistente si existe una descripción previa del ocultado. Si no se describe lo ocultado, no vale decir que hay algo oculto.” Cabe à crítica jurídica, inicialmente, fazer a descrição da sociedade capitalista e fazer uma crítica do próprio capitalismo. Neste sentido, uma crítica do sentido ideológico do Direito só pode ser feita indissoluvelmente ligada ao pensamento socialista.¹⁶⁴

Neste sentido, diz Correas:

“La descripción de los fenómenos capitalistas hecha por Marx y sus discípulos, es la base que permite afirmar, después, que las ‘palabras de la ley’ transmiten mensajes destinados a forjar la ideología del dominado. No veo ninguna otra posibilidad para una crítica del sentido ideológico del derecho, desde una posición originaria de rechazo a la idea de verdad.”¹⁶⁵

E arremata dizendo que “lo que el derecho oculta en su discurso, es lo que Marx puso al descubierto em *El Capital*.”¹⁶⁶

No livro *Ideologia Jurídica*, dedicado ao debate sobre ideologia e direito, Oscar Correas busca mostrar os limites das concepções de direito como apenas um reflexo da oposição infraestrutura – superestrutura, fazendo uma crítica ao jurista soviético Pachukanis. Para Correas, o direito é uma forma social, uma forma de existência das relações sociais, não sendo apenas um fenômeno atrelado necessariamente ao modo de produção, muito menos à norma jurídica.

¹⁶³ “a respeito de que verdade o discurso jurídico formula enunciados que a ocultam?” (Idem, p. 100.)

¹⁶⁴ “A afirmação de que o Direito oculta algo, ocultação que constrói a ideologia do dominado, somente pode ser consistente se existe uma descrição prévia do ocultado. Se não se descrever o ocultado, não vale dizer que há algo oculto.” (Idem, p. 100).

¹⁶⁵ “A descrição dos fenômenos capitalistas feita por Marx e por seus discípulos é a base que permite afirmar depois que as ‘palavras da lei’ transmitem mensagens destinadas a forjar a ideologia do dominado. Não vejo nenhuma outra possibilidade para uma crítica do sentido ideológico do direito, desde uma posição originária de rechaço a ideia de verdade.” (Idem, p. 101).

¹⁶⁶ “o que o Direito oculta em seu discurso é aquilo que Marx pôs descoberto n’*O Capital*” (Idem, p. 103).

Diz Correias que:

“La forma jurídica es la forma de ser – apariencia concreta – del fenómeno social básico de naturaleza económica. Pienso que este es un viaje de lo abstracto a lo concreto: lo que existe con sus ‘múltiples determinaciones’ es lo fenómeno humano en su completitud; lo económico es el esqueleto, lo esencial, pero abstracto. Lo jurídico es una de las facetas del fenómeno humano total, como lo es el arte, el juego, la violencia o la sexualidad. El objetivo de la crítica es esa faceta normativa que llamamos jurídica, faceta que no está separada de lo económico, sino que es su modo concreto de existencia.”¹⁶⁷

Por fim, ressaltamos que Correias, em escritos mais recentes, faz uma espécie de distinção entre a *crítica jurídica* e *teoria crítica do direito*. Segundo ele, a crítica jurídica opera sobre dados mais concretos, tendo como objetivo a implementação de uma Política do Direito com viés transformador. Já a teoria crítica do direito trabalha essencialmente no campo da teorização, podendo, entretanto, valer-se de dados colhidos a partir da realidade.¹⁶⁸

¹⁶⁷ “A forma jurídica é a forma de ser – aparência concreta – do fenômeno social básico da natureza econômica. Penso que esta é uma viagem do abstrato ao concreto: o que existe com suas múltiplas determinações é o fenômeno humano em sua completude; o econômico é o esqueleto, o essencial, mas abstrato. O jurídico é uma das facetas do fenômeno humano total, como assim é a arte, o jogo, a violência ou a sexualidade. O objetivo da crítica é essa faceta normativa que chamamos jurídica, faceta que não está separada do econômico, mas que é seu modo concreto de existência.” (CORREAS, 1983, p. 39).

¹⁶⁸ Nesse sentido, ver: CORREAS, Oscar. As ideologias jurídicas da época da globalização e da pós-modernidade. In: **Revista da Academia Judicial do TJSC**. Ano II, n. 1, São Paulo: Conceito, 2011. P. 15-34.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizar esta monografia é, em verdade, apenas começar um trabalho mais profundo de investigação da ordem jurídica posta, confrontando-a com os dados que a realidade social nos proporciona. O objetivo que se colocou no início desta redação era bastante despretensioso, vez que se pretendia tão somente apresentar a contribuição de Oscar Correas ao pensamento jurídico crítico. No entanto, ao que nos parece, aquilo que estas palavras insuflam é extremamente temerários aos olhos conservadores do estado de coisas. E esta, acreditamos, é a grande contribuição teórica e política destas linhas: causar incômodo aos que insistem em enxergar o direito apenas como norma jurídica. Apresentar os elementos que possibilitem recriar *um* direito ou elaborar novas instituições jurídicas que sirvam à prevalência do interesse coletivo sobre o individual e que possibilitem uma sociedade onde cada qual possua os elementos materiais de produção da vida.

A despeito do que alguns, o debate e a construção de teoria(s) crítica(s) do direito continuam extremamente pertinentes e, sobretudo, urgentes em dias atuais. Acreditamos que a crítica jurídica está na ordem do dia: fala-se hoje em crise do direito, crise de legitimidade dos representantes políticos, reforma de instituições jurídico-políticas, democracia direta e participativa, participação popular, etc. Todos estes são temas candentes da atualidade e que não podem prescindir da crítica ao direito como principal fulcro teórico.

Nesse sentido, vemos o pensamento jurídico crítico de Oscar Correas como um dos que melhor apresenta os elementos para reformar ou refundar as bases de um *outro* direito, pois, como visto, Correas e outros marcos teóricos deste trabalho consideram o direito como um fenômeno necessário a qualquer tipo de sociabilidade: onde houver convivência humana haverá também um direito. Correas nos coloca, de um lado, a possibilidade de trabalho dentro da ordem jurídica atual, tal como fazem, por exemplo, advogados populares, juristas militantes em direitos humanos, juízes alternativos ou garantistas, etc. De outro lado, Correas mostra que é necessário também um trabalho teórico de contraposição ao direito posto, com vistas a pensar e teorizar *criticamente* um direito não alienante e que não alicerce um do modo de produção baseado na exploração do homem.

Consideramos que o pensamento jurídico crítico, a partir da proposta de Oscar Correias, consegue dinamizar e dar vida à teoria do direito, partindo dos conceitos por esta aceitos como verdadeiros e submetendo-os a uma crítica que coloque em xeque os fins e o sentido do direito, considerando sempre como norte uma sociedade sem exploração da força de trabalho, onde haja efetiva participação de todos na distribuição de riquezas.

Ao fazer a divisão entre crítica do direito a partir do ponto de vista interno e crítica do direito a partir do ponto de vista externo, Correias consegue deixar claro os limites e as possibilidades de cada tipo de crítica jurídica. No que toca à crítica interna, a própria lei é o limite, já as possibilidades se encontram nos atos de produção e de interpretação normativa, lembrando, é claro, que na concepção de Correias, tais práticas somente serão críticas enquanto rechaçarem o atual sistema de desigualdade social latino-americano e tiverem como norte a transformação desta realidade. Com relação à crítica externa, Correias vê nesta aquilo que chama de *verdadeira crítica do direito*, pois consegue ultrapassar os limites da norma jurídica e ir muito além: contestar toda a ordem jurídica burguesa e colocar as bases teóricas que possam fundamentar um novo direito. Além disso, é na crítica externa que Correias vê a possibilidade de desvelar o sentido ideológico do direito, o que para o nosso autor constitui uma das principais tarefas na construção de um direito emancipador.

Correias nos apresenta importantes ferramentas para a tarefa de construção de um *outro* direito. Este é o ponto de partida. Não sabemos ao certo o que devemos fazer, mas lá fora o mundo insiste em mudanças. Acreditamos, talvez, que um lugar pra começar seja a própria Academia, as Faculdades que formam os futuros profissionais do direito.

Nesse sentido, em recente entrevista, Correias lembrou os estudantes de direito sobre a importância de estudar o pensamento revolucionário universal, mas alertou que não necessitamos mais tanto de advogados que se formam sociólogos, mas sim de advogados que estejam comprometidos com um profundo estudo crítico do direito e da realidade em que se inserem.

Assim, finalizamos este *Ensaio* com um trecho do *Manifesto da Torre de Marfim*, subscrito por trinta e dois estudantes da Faculdade de Direito da UFSC no ano de 2010 e apoiado por mais de duzentos estudantes eleitores: “*Queremos um sistema judiciário que perceba sua relação com o mundo, com a falta de saúde, de educação, com*

a exploração. Queremos um Direito que não se pretenda asséptico e puro, que olhe e compreenda a sociedade com a qual pretende se relacionar. Queremos operadores do Direito – dos que percebam a sociedade em conflito e não fujam dele quando se tratar de mudar, sim, o mundo”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhaon. Althusser, a ideologia e as instituições. Introdução crítica. In: ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Notas sobre os aparelhos ideológicos do estado. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos do Estado**. Notas sobre os aparelhos ideológicos do estado. Trad. Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Aplicação do direito e contexto social**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.

BARRAL, Welber. **Metodologia da pesquisa jurídica**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2003.

CAFFÉ ALVES, Alaôr et al. **O que é a filosofia do direito?** Barueri: Manole, 2004.

CAMPOS, Walter de Oliveira. Direito e ideologia. In: **Argumenta**, Jacarezinho: UENP, n. 14, 2011.

CAPELLA, Juan-Ramón. **O fruto proibido**: uma aproximação histórico-teórica ao estudo do direito e do estado. Trad. Grasiela Nunes da Rosa e Lédio Rosa de Andrade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia**. 22. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHAUÍ, Marilena. Roberto Lyra Filho ou da dignidade política do direito. In: **Direito & Avesso**: boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira. Brasília: NAIR, 1982.

COELHO, Luiz Fernando. **Teoria crítica do direito**. 2. ed. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1991.

CORREAS, Oscar. Acerca de la crítica jurídica. In: **El outro derecho**, Bogotá: Temis/ILSA, 5:35-51, mar. 1990.

CORREAS, Oscar. **Crítica da ideologia jurídica**: ensaio sócio-semiológico. Trad. Roberto Bueno. Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1995.

CORREAS, Oscar. **Ideología jurídica**. Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1983.

CORREAS, Oscar. **Introducción a la crítica del derecho moderno** (esbozo). Puebla: Universidad Autónoma de Puebla, 1986.

CORREAS, Oscar. **La ciência jurídica**. Sinaloa: Universidad Autónoma de Sinaloa, 1980.

- CORREAS, Oscar. **Sociología del derecho y crítica jurídica**. México: Fontamara, 2002.
- CORREAS, Oscar. **Teoría del derecho**. Barcelona: Bosch, 1995b.
- CORREAS, Oscar. **Introdução à sociologia jurídica**. Porto Alegre: Cultura Jurídica, 1996.
- DIMOULIS, Dimitri. **Manual de introdução ao estudo do direito**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- DIMOULIS, Dimitri. **Positivismo jurídico**: introdução a uma teoria do direito e defesa do pragmatismo jurídico-político. São Paulo: Método, 2006.
- EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. Trad. de Luis Carlos Borges Silva Vieira. São Paulo: UNESP, 1997.
- FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Teoria da norma jurídica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1988
- FERREIRA, Éder. Entrevista com Oscar Correias. In: **Direito & Realidade**, Monte Carmelo, 01, jan/jun 2011.
- FREITAG, Bárbara. **A teoria crítica**: ontem e hoje. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- GALEANO, Eduardo H. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Sérgio Faraco. Porto Alegre: L&PM, 2010.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol I. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização, 1999.
- HARNECKER, Marta. **O capital**: conceitos fundamentais. Trad. A. Silva. 4. ed. Santiago de Chile: Universitária, 1971.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T.; HABERMAS, J. “Teoria tradicional e teoria crítica” e “Filosofia e teoria crítica”. **Textos escolhidos**. Col. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1975, v. 48.
- IASI, Mauro Luís. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito**. Trad. João Baptista Machado. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da práxis**: o pensamento de Marx no século XXI. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Que fazer?** As questões palpitantes do nosso movimento. São Paulo: Hucitec, 1986.

LYRA FILHO, Roberto. **O que é direito.** 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LYRA FILHO, Roberto. **Razões de defesa do direito.** Brasília: Obreira, 1981.

LYRA FILHO, Roberto. **Para um direito sem dogmas.** Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris: 1980.

LYRA FILHO, Roberto. Humanismo dialético. In: **Direito & Avesso:** boletim da Nova Escola Jurídica Brasileira. Brasília: NAIR, 1983.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe.** Estudos sobre a dialética marxista. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martin Fontes, 2003.

MACHADO, Antônio Alberto. **Ensino jurídico e mudança social.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e utopia.** Trad. Sérgio Magalhaes Santeiro. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

MARQUES NETO, Agostinho Ramalho. **A ciência do direito:** conceito, objeto, método. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** (I Feuerbach). Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurelio Nogueira. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

MASCARO, Alysson Leandro. **Filosofia do direito.** 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MASCARO, Alysson Leandro. **Lições de sociologia do direito.** São Paulo: Quartier Latin, 2009.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida Severina;** e outros poemas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MIAILLE, Michel. “Reflexão crítica sobre o conhecimento jurídico. Possibilidades e limites”. In: PLASTINO, Carlos A. (org.). **Crítica do direito e do estado.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

MIAILLE, Michel. **Uma introdução crítica ao direito.** 3. ed. Lisboa: Estampa, 2005.

MIRANDA ROSA, Felipe Augusto de. **Direito, justiça e ideologia.** Reflexões não ortodoxas. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

MONREAL, Eduardo Novoa. **O direito como obstáculo à transformação social.** Porto Alegre: Sérgio Antonio Fabris, 1988.

NOBRE, Marcos. **A teoria crítica.** 2. ed. Rio de Janeiro: Zaar, 2008.

PRADO JUNIOR, Caio. **O que é filosofia**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

SABADELL, Ana Lucia. **Manual de sociologia jurídica**. Introdução a uma leitura externo do direito. São Paulo: RT, 2005.

SANTOS, Theotonio dos. **Conceito de classes sociais**. Trad. Orlando dos Reis. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

THERBORN, Göran. A Escola de Frankfurt: Contribuição à teoria crítica. In: **Novos Rumos**, Belo Horizonte: UFMG, 39, 2013.

TIGAR, Michael E.; LEVY, Madeleine R. **O direito e a ascensão do capitalismo**. Trad. Ruy Jungmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Introdução ao pensamento jurídico crítico**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.